



sem limites

Fotos, poesias, pinturas, contos e ilustrações expõem a fragilidade das linhas que separam a sanidade da loucura. Veja a arte e o talento revelados pelo VI Prêmio Bispo do Rosário, organizado pelo CRP SP.

EDITORIAL | O BEM COMUM

A história da Psicologia como profissão no Brasil completa 50 anos. É uma oportunidade para rever, sem romantismos, a nossa trajetória e para olharmos para os desafios que hoje se colocam diante de nós.

03

DIREITOS HUMANOS | ÁLCOOL E DROGAS

A 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos identificou falta de infraestrutura, maus-tratos e ausência de projetos terapêuticos em locais de internação em todo o Brasil. Essas evidências colocam em cheque o pacote sobre álcool e drogas do governo Federal, que prevê o financiamento de entidades como as vistoriadas na inspeção.

04

CIDADANIA | COM MUITA EMOÇÃO

Uma cerimônia de entrega emocionante marcou a premiação de trabalhos do VI Prêmio Bispo do Rosário. O evento afirmou, mais uma vez, a importância de garantir voz e respeito àqueles que vivem em sofrimento mental.

06

II MOSTRA ESTADUAL E PRÊMIO MADRE CRISTINA | EM BUSCA DO NOVO

Evento realizado em dezembro premiou práticas inovadoras desenvolvidas pelos (as) psicólogos (as) do estado de São Paulo no campo da intersectorialidade e na defesa e promoção dos Direitos Humanos. Mostra nacional irá acontecer em setembro deste ano, em São Paulo.

09

SAÚDE E CULTURA | CENTROS DE CONVIVÊNCIA BUSCAM SE FORTALECER

Os Centros de Convivência lutam para dispor de verbas e regulamentação específica que viabilizem sua expansão e a prestação de serviços à população. O I Encontro Estadual de Centros de Convivência realizado em Campinas foi um passo nessa direção.

11

50 ANOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL | TRÊS OLHARES SOBRE MICHEL FOUCAULT

Para marcar os 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil, o CRP SP inaugura, no Jornal PSI, um espaço para focalizar pensadores, instituições e correntes de pensamento que contribuíram para dar os contornos atuais da Psicologia no país. A série começa com o pensador francês Michel Foucault.

12

UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL | UM SALTO ALÉM DAS GRADES

Uma experiência teatral realizada no Presídio Adriano Marrey em Guarulhos colocou em cena nove detentos representando situações de suas vidas e debatendo alternativas e dilemas com a plateia.

16

CIÊNCIA E PROFISSÃO | AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: O QUE ESTÁ EM DEBATE

O CRP SP promoveu debates sobre a avaliação psicológica cujos resultados serão levados ao Seminário Nacional em março deste ano. Entre as questões colocadas está a necessidade de qualificar as avaliações.

18

SUBSEDES | PSICOLOGIA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Bioética, direitos sexuais e reprodutivos e violência doméstica foram debatidos por psicólogos (as) durante o I Congresso de Saúde do Oeste Paulista, em São José do Rio Preto.

19

CONVERSANDO COM O (A) PSICÓLOGO (A) | INCORPORAR AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Repensar a questão racial no âmbito da Psicologia foi um dos objetivos do seminário "Racismo e Sofrimento Psíquico", realizado na sede do CRP SP, em São Paulo.

20

POLÍTICAS PÚBLICAS – MEDICALIZAÇÃO | NÃO, OBRIGADO

O II Seminário Internacional – A Educação Medicalizada – Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos deixou clara a importância de mostrar os malefícios da medicalização e a necessidade de se articular contra os que lucram com ela.

22

ORIENTAÇÃO | PSICOLOGIA ONLINE: REVER E APRIMORAR

O Sistema Conselhos está promovendo debates visando atualizar e aprimorar as regras que atualmente regem os serviços psicológicos mediados por computador. A flexibilização está em pauta.

24

INSTITUCIONAL | ANUIDADE 2012: VEJA O QUE MUDA

Com a aprovação da Lei 12.514, que estabeleceu novas regras para contribuições devidas aos conselhos profissionais, pagamento da anuidade pode ser parcelado em até cinco vezes. Confira as demais mudanças decorrentes da nova lei.

25

ESTANTE

O livro *Psicologia Escolar: Identificando e Superando Barreiras* é um dos destaques da seção.

26

QUESTÕES ÉTICAS | PSICÓLOGO (A) PARECERISTA, PERITO (A) E ASSISTENTE TÉCNICO (A)

A psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça de São Paulo Esther Akemi Katayama aborda, em entrevista, questões envolvendo o (a) psicólogo (a) parecerista, o (a) perito (a) e o assistente técnico (a).

28



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Carla Biancha Angelucci
Vice-presidente | Maria de Fátima Nassif
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureira | Gabriela Gramkow

Conselheiros efetivos

Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fabio Souza Santos, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Câmara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene Daré, Mariângela Aoki, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes

Conselheiros suplentes

Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Makilim Nunes Baptista, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, Teresa Cristina Endo

Comissão de Comunicação

Coordenadora Maria de Fátima Nassif
Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenadora de Comunicação Cristiane Gomes

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | (11) 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTB 13.559)

Arte Ligia Minami

Revisão Célia Genovez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica
Tiragem 71.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

o bem comum

Esta primeira edição de 2012 inicia um ciclo de comemorações dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil. Nosso objetivo não é romantizar o passado, com visões maniqueístas sobre a história de nossa profissão nem torcer a realidade para ver apenas o “lado bom” das coisas. Queremos, sim, lembrar as ações, as pessoas, os desafios e as construções coletivas que nos permitiram constituir a Psicologia que, hoje, temos a oferecer à população. Comemorar é intensificar a memória, o que, necessariamente, implica-nos a um só tempo com o passado e o futuro: com o passado, pois somos os responsáveis pelo conjunto de saberes, discursos, práticas e compromissos que hoje nos identificam como psicólogos(as). Com o futuro, já que esse rememorar só ganha sentido se estiver reportado a uma revisão de nossos projetos e das estratégias de que temos nos utilizado para contribuir para as transformações que tanto almejamos.

As discussões sobre os processos de avaliação psicológica, bem como da participação da Psicologia no enfrentamento do racismo à brasileira são temas nos quais é possível identificar avanços mas, também, longos caminhos a percorrer. Reconhecemos, nesses 50 anos de profissão no Brasil, formas específicas de socialização, de produção cultural, de constituição subjetiva: e nenhuma delas passa ao largo dos efeitos do racismo. Mais que só reconhecer, nós psicólogos(as) temos desenvolvido formas de atuar sobre esses processos, rompendo com o compromisso ideológico de reprodução da dominação, que tanto caracterizou os anos iniciais de nossa ciência e de nossa profissão.

Nesse mesmo sentido, observamos nos inúmeros debates ocorridos nos eventos preparatórios para o Seminário Nacional sobre o Ano Temático da Avaliação Psicológica um esforço importante de profissionais que atuam em diversos contextos no sentido de refletir sobre a lógica da avaliação, seus compromissos sociais, as teorias, os instrumentos e métodos que as constituem. Profissionais que atuam em Saúde, Justiça, Educação, Trânsito, Esporte, etc., juntos puderam consolidar críticas e propostas ao campo da avaliação, ao processo de validação de instrumentos psicológicos, às condições de trabalho do(a) psicólogo(a), sempre com foco no respeito à complexidade e diversidade humana e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

O amplo e aprofundado debate sobre a medicalização da sociedade inscreve-se também em um cenário de embate continuado: o II Seminário Internacional, organizado em parceria por mais de nove entidades e embasado nos princípios do Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade traz à tona a necessidade de se explicitar os interesses mercantis que envolvem a produção de doenças, mais do que isso, reafirma a Psicologia como ciência e profissão que reconhece e valoriza a diversidade humana, negando-se a correlacionar direta e imediatamente diferença e patologia, sofrimento e doença.

A Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas é relatada nesta edição a fim de que toda a categoria aprofunde seu envolvimento na discussão sobre a oferta de serviços de saúde mental: as situações de tortura física e psicológica evidenciam a concepção ainda hegemônica de que as pessoas com intenso sofrimento psíquico não tem direito à opinião, à participação em seus tratamentos e à vida comunitária. Ou seja, em nossos 50 anos de profissão não conseguimos romper com a arcaica e brutal correlação entre loucura, desumanização e cárcere. Aliás, como nos lembram as reportagens sobre o teatro produzido por pessoas encarceradas e o Prêmio Arthur Bispo do Rosário para usuários(as) de saúde mental, o enfrentamento da lógica social punitiva, restritiva de liberdade e nada ressocializadora presente nas prisões e em alguns dos serviços de saúde mental nos exigirá ainda mais perseverança, criatividade e organização coletiva.

Devemos, enfim, sublinhar um passo importante para a comemoração dos 50 anos da Psicologia como profissão: entre 20 e 22 de setembro ocorrerá a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Espaço para se intensificarem os laços entre os diferentes estados do Brasil, entre os diferentes fazeres, entre as diferentes perspectivas; mais que tudo, para se intensificarem as contribuições da Psicologia para um Brasil formado por pessoas concretas, com história, origens e processos de colonização que devem ser considerados em suas especificidades por qualquer profissional em sua atuação. Um grande espaço de encontro para pensarmos a Psicologia brasileira, considerando suas origens, seus interesses, seus conhecimentos, suas práticas, e com isso aprimorarmos nosso compromisso com a CONSTRUÇÃO DO BEM COMUM.

álcool e inspeção expõe abusos e

Um total de 68 locais de internação para usuários de drogas foi vistoriado em setembro de 2011 durante a 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, coordenada pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. A ação cobriu 24 estados brasileiros e o Distrito Federal e identificou maus-tratos, falta de higiene e infraestrutura, e a ausência de projetos terapêuticos, entre outros problemas.

Em São Paulo, foram visitadas a Associação Institucional Phoenix de Recuperação a Químico-Dependentes e a Clínica Gratidão, ambas na cidade de Bragança Paulista. Nessa última, por exemplo, in-

ternos relataram humilhações e ofensas diárias, e permanentes agressões e castigos físicos. Entre as práticas punitivas estaria a obrigatoriedade de cavar buracos, nas dimensões do próprio corpo. Segundo um dos relatos colhidos, “para que a pessoa que descumpriu uma ordem visse que, quem não obedece, está cavando a própria cova”.

“Diante dessa realidade, torna-se humanamente impensável entender de caráter terapêutico práticas que resultam em sofrimento e que reduzem o usuário à condição de objeto, submisso, sem possibilidade de responsabilizar-se por suas escolhas ou de ser respeitado em suas necessidades, crenças e valores”, afirma a Conselheira do CRP SP, Maria Orlene Daré Vargas. Segun-

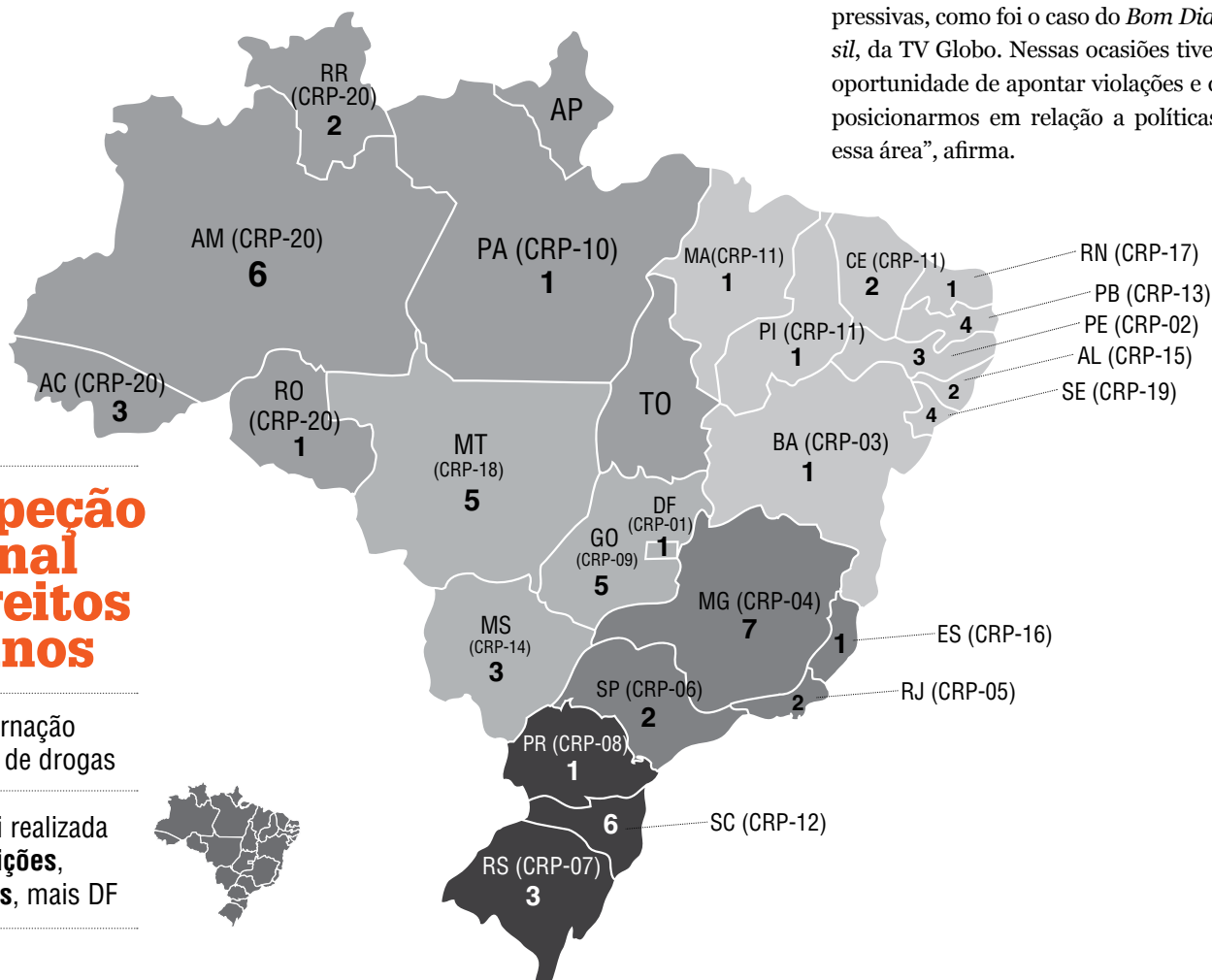
do ela, também não é possível compreender como modelo de tratamento, adotado na maioria dos locais inspecionados, critérios que incluem total censura e violação de correspondência, e total ausência de ações voltadas à reinserção social e ao respeito à cidadania de seus usuários(as).

A importância da 4ª Inspeção, no entanto, foi muito além da constatação desses e de outros problemas nas instituições visitadas. Para Pedro Paulo Bicalho, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, a iniciativa contribuiu para colocar a Psicologia brasileira como um ator importante na discussão sobre álcool e outras drogas. “A inspeção resultou em um grande número de convites para falarmos sobre esse tema, alguns deles em mídias muito expressivas, como foi o caso do *Bom Dia, Brasil*, da TV Globo. Nessas ocasiões tivemos a oportunidade de apontar violações e de nos posicionarmos em relação a políticas para essa área”, afirma.

4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos

Locais de internação para usuários de drogas

A inspeção foi realizada em **68 instituições**, em **24 estados**, mais DF



drogas

questiona políticas

PASSO ATRÁS – O pacote do governo federal de ações de combate ao crack e outras drogas – que prevê o financiamento de instituições como as vistoriadas pelo CFP – foi uma derrota, admite Bicalho (*leia boxe*). Ele lembra, também, que o Conselho Federal de Psicologia impetrou ação no Supremo Tribunal Federal questionando a internação compulsória adotada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Nesse contexto vale destacar, ainda, a “Carta à Presidenta Dilma”, assinada por diversas instituições, entre elas a Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial (RENILA) e Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Nela se alertava que “a apresentação de soluções mágicas, de respostas totais e plenas de garantias é não apenas ilusória, mas, sobretudo, falaciosa. Preocupa-nos, de modo particular, a defesa da internação compulsória e das comunidades terapêuticas, dois modos de resolver a questão recorrendo à exclusão e à segregação. Tais soluções opõem-se, radicalmente, aos princípios que sustentam o compromisso desse governo de trabalhar pela ampliação da cidadania e inclusão de todos. Portanto, não tem como dar certo!”

Um dos desafios para o Sistema Conselhos, segundo Bicalho, é monitorar, a partir de agora, a aplicação dos recursos disponibilizados pelo pacote; a forma como estarão atuando essas comunidades e prosseguir na denúncia de práticas que atentem contra os Direitos Humanos. “Nossa preocupação é que essas instituições virem depósitos de pessoas, que tomem o lugar dos antigos manicômios que estamos a duras penas tentando desconstruir”, afirma.

No lado positivo, contudo, o Coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CFP coloca dois eventos. O primeiro é que o Sistema Conselhos, como um todo, se envolveu na tarefa de realizar a 4ª Inspeção, alcançando quase todo o país. O se-

gundo fato é que a discussão sobre álcool e drogas ajudou a expor a lógica perversa que, em nome da proteção e do cuidado, está produzindo sofrimento e exclusão. “Essa é uma lógica que se manifesta não apenas em relação às drogas, mas também em relação a outras situações vividas pela população”, diz. Desfazer essas armadilhas é apenas o começo de uma luta que promete ser longa. ●



NÃO À INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Com a presença de quase 3 mil delegados, a 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília de 30 de novembro a 4 de dezembro, discutiu os rumos e prioridades defendidas pela sociedade para a saúde brasileira. A Conferência reiterou alguns pontos de pauta defendidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia, tais como a rejeição das internações compulsórias e das comunidades terapêuticas. Outra conquista importante, fruto da articulação do Sistema Conselhos, foi a defesa da carga horária de 30 horas para todas as categorias que integram o SUS (Sistema Único de Saúde), entre elas, psicólogos (as).

A atividade aconteceu dias antes do anúncio do governo federal de um plano de combate às drogas, em especial o crack, feito no dia 7 de dezembro pela Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília. A articulação realizada durante a Conferência fez com que alguns critérios fossem adotados pelo plano do governo federal, como a criação de consultórios de rua e o fortalecimento dos CAPS AD (o governo se comprometeu a colocar em funcionamento, até 2014, cerca de 175 CAPS AD, 24 horas por dia, em todo o Brasil).

Foram verificados, contudo, retrocessos importantes que contrariam as deliberações tomadas na Conferência. A Presidenta Dilma anunciou a criação de Unidades de Acolhimento e a destinação de verba pública do SUS para entidades da sociedade civil de tratamento à dependência química, as chamadas comunidades terapêuticas.

Para a Conselheira Marília Capponi, que participou da Conferência representando o CRP SP, o evento deixou patente que as comunidades terapêuticas não são aceitas pelos(as) que constroem o SUS. “Elas se constituem em serviços organizados a partir de pressupostos morais e religiosos. Há uma correlação de forças nas diferentes instâncias do legislativo e executivo do nosso país que as mantêm fortes e capazes, inclusive, de solicitar verbas públicas para sua sustentação. Isso é um absurdo se pensarmos que nossa luta têm sido no sentido de fortalecimento de um serviço público de qualidade não privatizado. As comunidades terapêuticas congregam em si vários retrocessos: o isolamento, a segregação e o não respeito a laicidade do Estado.”

Vale acrescentar que, na Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2011, em Brasília, foi aprovada moção de apoio ao tratamento integral e integrado a pessoas em situação de vulnerabilidade. Para o Conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho do CRP SP, trata-se de posição importante, que reafirma uma lógica de respeito aos seres humanos, lógica essa que está ausente em propostas como a das internações compulsórias.

com muita

VI PRÊMIO ARTHUR BISPO^{DO} ROSÁRIO

O PRÊMIO

A história do sergipano Arthur Bispo do Rosário, que viveu por 50 anos como interno, diagnosticado como esquizofrênico, é uma prova de que a arte mobiliza e transforma, mesmo em condições adversas de violência e exclusão. Vivendo uma situação de vida conflituosa, Bispo do Rosário se mostrou um grande artista, demonstrando toda a capacidade criadora que o ser humano pode atingir. A história desse artista, motivou a criação do *Prêmio Arthur Bispo do Rosário*, organizado pelo CRP SP, que chega à sua sexta edição. O Prêmio tem como objetivo divulgar o potencial artístico dos(as) usuários(as) de serviços de saúde mental de todo o estado de São Paulo e conta com seis categorias: esculturas e instalações; vídeos; contos e crônicas; pinturas e ilustrações; poesias; e fotografia. Os(as) premiados(as) foram anunciados(as) durante a programação da II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia realizada em 2 de dezembro, na capital paulista (veja na página 9).

emoção

as frases ao lado foram algumas das declarações de usuários(as) de serviços de saúde mental que venceram o VI Prêmio Arthur Bispo do Rosário, que neste ano contou com cerca de 1.200 inscrições. A cerimônia de premiação aconteceu no dia 2 de dezembro, no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, em meio a muita emoção.

O evento contou com a participação de cerca de 200 pessoas que vieram de diversas regiões do estado de São Paulo para celebrar o potencial transformador e criador da arte. Cada uma das seis categorias (esculturas e instalações; vídeos; contos e crônicas; pinturas e ilustrações; poesias; e fotografia) teve três premiações, além de menções honrosas.

Uma das premiadas, Jana Eva Viera de Sá, 51, ficou feliz em participar do evento e mais ainda por ter conquistado o segundo lugar na categoria Pintura e Ilustrações. Seu quadro, “O Dia do Casamento é um Dia de Vontade de Viver”, foi orgulhosamente pendurado pelo marido, José Agnaldo, na sala da casa, na Vila São Pedro, em Santo André. “Nunca tinha pintado antes”, diz ela. “Se puder, vou fazer mais”.

Um dos pontos altos da entrega aconteceu com o desfile performático do grupo de moda Roda da Fortuna, que homenageou a obra e a vida de Arthur Bispo do Rosário. Os modelos desfilaram roupas e mantos recriados a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo artista. A produção das roupas e mantos foi do figurinista e arte educador, [Fabiano Menna](#). ➔



JANA EVA VIERA DE SÁ



PAULO EDUARDO V. BIROLINI



ROBERTO DE OLIVEIRA GONÇALVES

“
A arte foi
uma forma
de me
encontrar”

“
O trabalho
artístico faz
parte do meu
tratamento”

“
A arte
resignificou
minha
vida”

Ao final, um grande boneco que representou Bispo do Rosário, idealizado pelo artista Gil Verx e produzido por ele e também por Izaías Zazá, se integrou ao desfile.

“O prêmio é de fundamental importância, porque dá visibilidade, valoriza e incentiva a expressão artística dessas pessoas. Uma arte de qualidade e que expressa um olhar muito particular sobre o mundo e sobre a situação em que elas se encontram”, afirmou Maria de Fátima Nassif, Conselheira Vice-presidente do CRP SP. Ela destacou, ainda, o fato de que diversas obras foram produzidas em oficinas promovidas pelo CRP SP.

“Desde a primeira edição do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, a ideia é o reconhecimento das pessoas não mais como usuárias da saúde mental, mas sim como artistas que são”, disse a Conselheira do CRP SP Marília Capponi. Segundo ela, o amadurecimento dessa ideia pode ser vista nos créditos das obras selecionadas.

“Na primeira edição, observa, eles vinham acompanhados com o nome do serviço em que o usuário fazia seu tratamento: Fulano de Tal, usuário do CAPS tal. A partir da terceira edição, nos créditos constam somente o nome do artista, porque não importa onde ele faz tratamento. O que importa é que as obras são belíssimas e nossos sentidos não mentem”, afirmou.

Sobre os(as) jurados(as), a Conselheira também destacou o fato de que muitos(as) são artistas; outros(as) trabalham com arte de alguma forma mas que nem todos(as) têm, necessariamente, proximidade com o tema arte/loucura. “Isso é interessante porque, ao final, o prêmio atua como um fator de aproximação com a sociedade”, disse.

A cerimônia foi encerrada com a leitura do poema *Disquisição na Insônia*, de Carlos Drummond de Andrade, que refletiu o sentimento de todos os presentes (*veja ao lado*). ●



JANETE DA SILVA ZEFERINO



MARIA EDITH POPLUHAR

DISQUISIÇÃO NA INSÔNIA

Que é loucura; ser cavaleiro andante
Ou segui-lo como escudeiro?
De nós dois, quem o louco verdadeiro?
O que, acordado, sonha doidamente?
O que, mesmo vendado,
Vê o real e segue o sonho?
Eis-me, talvez, o único maluco,
E me sabendo tal, sem grão de siso,
Sou – que doideira – um louco de juízo.

Carlos Drummond de Andrade



em busca do **novo**

Mostra destacou trabalhos inovadores em Psicologia de todo o estado de SP; as 10 melhores iniciativas receberam o Prêmio Madre Cristina.

Um evento de caráter integrador, voltado ao conhecimento e ao compartilhamento de experiências em diferentes setores. Essa foi a marca da II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia que aconteceu nos dias 2 e 3 de dezembro, em São Paulo. Sob o tema “Intersetorialidade, Defesa e Promoção dos Direitos Humanos”, a iniciativa reuniu um total de 90 trabalhos desenvolvidos em hospitais, penitenciárias, clínicas, associações de bairro e escolas. Na mesma ocasião foram anunciados(as) os vencedores do Prêmio Madre Cristina.

Para a Conselheira Presidente do CRP SP, Carla Biancha Angelucci, o evento colocou em evidência as diferentes formas como os direitos humanos se efetivam no cotidiano. “É importante que sejamos provocadas por áreas e experiências que não conhecemos, especialmente num momento como o atual, no qual ocorrem violações como as registradas pela 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, em locais de internação para usuários de drogas” (*leia na página 4*).

Cerca de 200 pessoas estiveram presentes ao evento. Na abertura, o Conselheiro do CRP SP Luis Fernando de Oliveira Saraiwa elogiou a qualidade dos trabalhos. “Tudo isso nos faz crer que uma nova forma de se fazer Psicologia está em curso”, afirmou. A Conselheira do CFP, Marilene Proença, por sua vez, destacou as inúmeras possibilidades que a Psicologia tem de se inserir no contexto social, através de ideias e ações inovadoras. Marilene também destacou a importância da Madre Cristina para a Psicologia. “Ela é símbolo dessa luta em São

Paulo, principalmente nos anos de chumbo da ditadura militar”, afirmou.

Também na abertura, o filósofo, arquiteto, professor e escritor Luiz Fuganti destacou que a Psicologia ultrapassa a clínica, os consultórios. “A área tem um papel a cumprir em diferentes âmbitos da sociedade: família, escola, justiça. Ela é fundamental para detectar e verificar o que não vai bem na sociedade”, acredita.

CONVERSAS – O sábado, dia 3, foi reservado para o compartilhar de ideias e iniciativas em rodas de conversa que trataram de temas que permearam os trabalhos inscritos como preconceito, violência do Estado, clínica nos dias de hoje e a institucionalização da vida. A mostra finalizou com o Prêmio Madre Cristina oferecido aos dez trabalhos que mais se destacaram em suas áreas. →

A MOSTRA

Promovida pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia e o Prêmio Madre Cristina apresentaram os avanços e as múltiplas possibilidades da Psicologia, além de divulgar e premiar práticas inovadoras desenvolvidas pelos(as) psicólogos(as) do estado de São Paulo no campo da intersetorialidade, defesa e promoção dos Direitos Humanos. O Prêmio Madre Cristina homenageia a psicóloga e fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, que teve participação ativa na resistência ao regime militar e na organização de movimentos sociais. É um incentivo e reconhecimento do mérito dos(as) psicólogos(as) envolvidos(as) em práticas inovadoras e transformadoras em Psicologia.



Inovações e troca de experiências marcaram as conversas e apresentações de trabalhos realizados nos dois dias da II Mostra, em São Paulo.

DIVULGAÇÃO

→ II mostra estadual e prêmio madre cristina

Confira abaixo os(as) premiados(as) da II Mostra Estadual. Os(as) vencedores(as) do Prêmio Madre Cristina podem ser conhecidos no endereço: <http://www.crsp.org.br/AnaisIMostra/AnaisIMostra/vencedores.aspx>

TÍTULO	GESTÃO DE RISCOS NO TRANSPORTES: NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA
AUTOR	VANESSA PEREIRA CANDIDO
CO-AUTORES	LARISSA SILVA, ANA PEREIRA, NATALIA APARECIDA RAMOS GALVÃO, FABIANA CAMPOS.
LOCAL	TERMINAL DE CARGA E DESCARGA DE COMBUSTÍVEIS DO VALE DO PARAÍBA (TEVAP), SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. EMPRESA TARGET

TÍTULO	MEMÓRIAS DO BAIRRO MONTE SERRAT: ENTRE A PSICOLOGIA E A ARTE
AUTOR	VINICIUS CLEMENTE DIAS
CO-AUTORES	EMÍLIO NOLASCO DE CARVALHO, GABRIEL TEIXEIRA DE MEDEIROS, RAYSSA YUSSIF ABOU NASSIF, RUBENS BIAS PINTO
LOCAL	BAIRRO DO MONTE SERRAT, SANTOS (SP)

TÍTULO	PROJETO DE REGISTRO HISTÓRICO AUDIOVISUAL DAS ATIVIDADES DO CRAS
AUTOR	PAULO ROBERTO SILVEIRA BUENO FILHO
CO-AUTORES	NOVO MUNDO FILMES, PROFISSIONAIS/ESTAGIÁRIOS DO CRAS E PARTICIPANTES DO PROJETO.
LOCAL	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) "IRMÃ BEATRIZ HELENA DE BARROS LEITE", LINS (SP)

TÍTULO	A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES
AUTOR	KARINA SOARES SANTOS
CO-AUTORES	BRUNA RAFAEL FRANSATTO, MÁRCIA CRISTINA LOURO FARES, NEY PAIXÃO, LEANDRO TEIXEIRA MENDES
LOCAL	ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE DIADEMA (SP)

TÍTULO	CAPS NA RUA - ENCONTROS MARCADOS PELA DIFERENÇA!
AUTOR	ANDRÉA CARLA DE SOUZA ATILANO
CO-AUTORES	N/T
LOCAL	GUARULHOS (SP)

TÍTULO	OFICINA BONECA FLOR - INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE MENTAL DA GESTANTE
AUTOR	MICHELE CARMONA ACHING
CO-AUTORES	TEREZA MARQUES DE OLIVEIRA TANIA MARA MARQUES GRANATO
LOCAL	ONG HABITARE EM PARCERIA COM O ALOJAMENTO SOCIAL DO AMPARO MATERNAL

TÍTULO	ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NO CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
AUTOR	TERESA LEOPOLDO E SILVA DE OLIVEIRA
CO-AUTORES	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA RODRIGUES DOS REIS, FABIANE MATIAS SCHWENKOW, MARIA DAS GRAÇAS SATURNINO DE LIMA E WILZE LARA BRUSCATO
LOCAL	CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIARIO (SP)

TÍTULO	GRUPOS DE SALA DE ESPERA NO AMBIENTE DE UM FÓRUM
AUTOR	MARIA COSTANTINI
CO-AUTORES	CLAUDIA GUZZARDI ALTIERI, TANIA ALDRIGHI Colaboradores: CAPELA, S. E LORIERI, A. Estagiários: PIRES, A., NAIME, A., BETTI, C., FREITAS, D., SILVA, H., ARMESTO, K., ARIENTE, L., APPARECIDO, P., MIRANDA, P., CASTRO, P. E MOSCA, T. Professores: NEUMANN, M., MELLO, A.C. E PAIVA, L.D.
LOCAL	FÓRUM DAS VARAS ESPECIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CAPITAL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TÍTULO	PLANTÃO PSICOLÓGICO NA DELEGACIA DA MULHER: UM LUGAR DE EMPODERAMENTO
AUTOR	ROBERTO EVANGELISTA
CO-AUTORES	MICHELLE GOLDICH RENATA GALVÃO MAURANO JANAINA SA LIMA JULIANA FRANCISCO DO AMARAL MARILIA MORAIS ROSON DANIEL FERRO CARAPETO
LOCAL	DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

TÍTULO	A ESCRITA TERAPÊUTICA NOS ENCONTROS INTEGERACIONAIS
AUTOR	DIVINA DE FATIMA DOS SANTOS
CO-AUTORES	GENEIDE MARIA DE OLIVEIRA CERVENY
LOCAL	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA AIDA DE ALMEIDA CASTRO GRAZIOLI E, CREMI - CENTRO DE REFERENCIA DA MELHOR IDADE, CARAGUATATUBA (SP)

Como parte das comemorações dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil, o Sistema Conselhos prepara a realização da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. O objetivo é criar um grande espaço de intercâmbio sobre as práticas que estão sendo construídas e validadas todos os dias pelas psicólogas e psicólogos de todo o Brasil. O evento está previsto para acontecer de 20 a 22 de setembro de 2012, em São Paulo. Além da apresentação de práticas profissionais, a 2ª Mostra Nacional abrirá espaço para que psicólogas e psicólogos debatam seu trabalho e possam criar articulações que fortaleçam as diferentes áreas em que atuam. Para participar, acesse: <http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/mostra/sistema/>

MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA
COMPROMISSO COM A CONSTRUÇÃO DO BEM COMUM

centros de convivência buscam se fortalecer



DIVULGAÇÃO

Com a participação de usuários(as) e profissionais, o I Encontro Estadual de Centros de Convivência foi um passo para o fortalecimento do serviço.

a Delicada Arte de Produzir Encontros. Esse foi o tema do I Encontro Estadual de Centros de Convivência realizado no mês de setembro, em Campinas. O evento reuniu mais de 400 pessoas, entre usuários(as) do serviço, profissionais dos equipamentos e profissionais da Saúde de diversos municípios, interessados em conhecer melhor as atividades dos centros. Ao final, ganhou força a proposta de lutar por uma regulamentação específica para os serviços e decidiu-se pela formulação de um documento com o produto dos debates realizados para ser encaminhado ao Ministério da Saúde.

Os Centros de Convivência são dispositivos comunitários que compõem a rede de atenção substitutiva de saúde mental. Neles são desenvolvidas atividades relacionadas à arte, à educação, ao lazer e à cultura, visando estreitar laços sociais e afetivos entre usuários(as) do serviço e comunidade. Os centros são abertos: qualquer pessoa pode frequentar e participar das suas atividades e não há necessidade de encaminhamento ou restrições de acesso. Os Centros de Convivência também promovem iniciativas de economia solidária, geradoras de trabalho e renda para os(as) usuários(as). No Estado de São Paulo existem atualmente 35 centros, sendo 21 em São Paulo, 11 em Campinas, um em Embu das Artes, um em Mogi das Cruzes e um em Taboão da Serra.

“O compromisso do CRP SP com as políticas públicas de Saúde nos levou a entender a importância de chamar esse primeiro encontro para dar visibilidade a esse dispositivo”, afirma a Conselheira Carolina de Moraes Sombini. Segundo ela, foi uma oportunidade importante por aproximar profissionais e usuários(as)

desses serviços, o que permitiu uma troca ainda mais rica de ideias e experiências.

Além das mesas de debates, aconteceram apresentações artísticas e uma feira de produtos dos serviços. Uma das participantes, Regina, 55 anos, gostou muito do encontro. Há dois anos e meio ela frequenta o Centro de Convivência Toninha, na Vila Padre Manoel da Nóbrega, em Campinas. Buscou ajuda depois da perda de um filho. Segundo ela, o centro foi importante para ajudá-la a se recompor e a voltar a trabalhar.

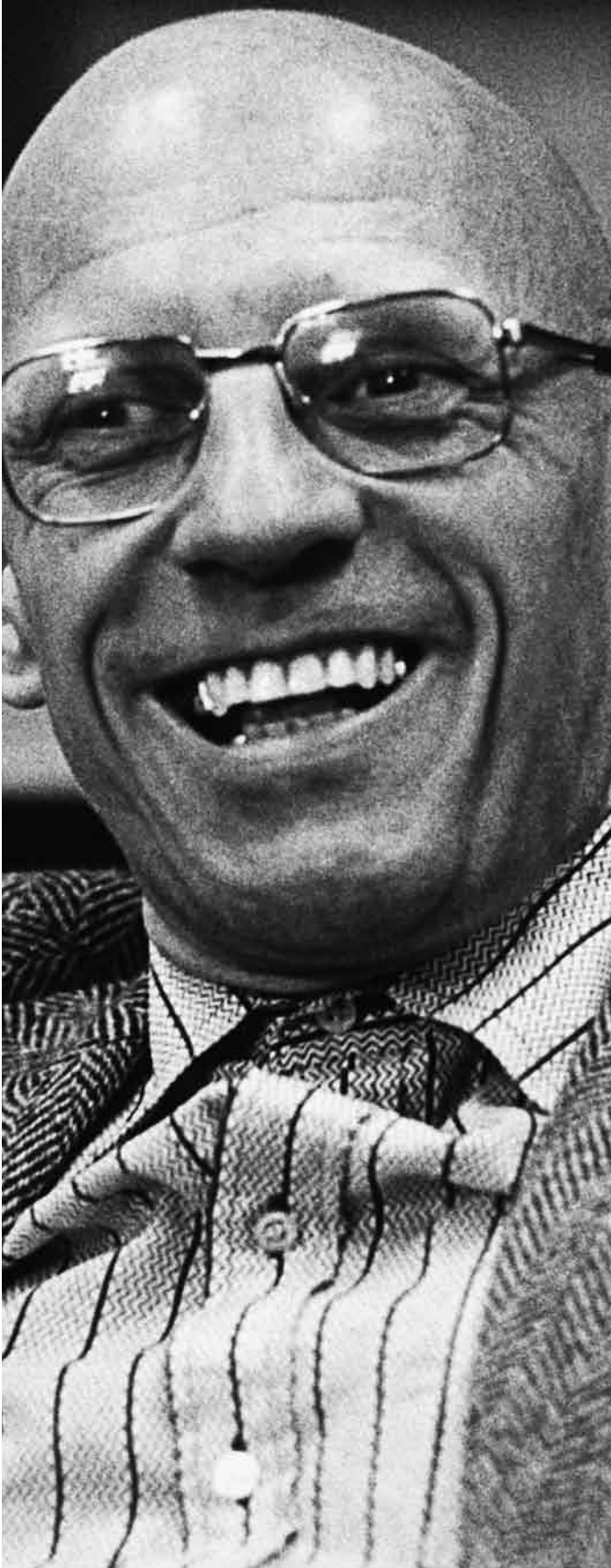
Outro participante, Carlos Noel, 39, considerou uma vitória passar o dia em meio a tanta gente. “Há até algum tempo eu sofria de pânico de estar com outras pessoas, especialmente desconhecidos”, relata. Noel frequenta o Centro Toninha há nove meses e participa regulamente de duas oficinas semanais. “Demorei para descobrir esse serviço. Acho que se tivesse começado antes estaria melhor há mais tempo”, diz.

Os problemas, naturalmente, são muitos. A começar pela pouca visibilidade a que se refere Carlos Noel. Apesar das primeiras experiências desse tipo terem surgido no final dos anos 80, os Centros de Convivência continuam sendo um dispositivo pouco conhecido da população e pouco valorizado pelas administrações. Não é só isso. O fato de se caracterizarem como equipamentos intersetoriais, atendendo demandas não apenas da Saúde, mas também da Cultura, levanta questões sobre como e por quem dever ser feita a gestão e, principalmente, o financiamento desses equipamentos públicos.

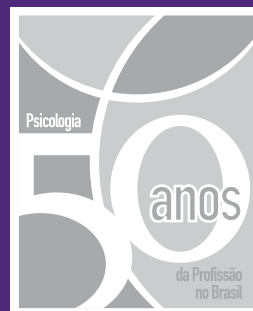
O aprofundamento desse debate deve continuar em 2012, com a promoção de um novo encontro. Segundo Carolina Sombini, o CRP SP também irá dedicar um Caderno Temático ao assunto. ●

michel foucault

© BETTMANN / CORBIS

50 ANOS DE
PSICOLOGIA
NO BRASIL

Regulamentada em 1962 (pela Lei 4.119), a profissão de psicólogo(a) completará 50 anos, em 2012. Ao longo desse período, saberes e fazeres foram construídos em meio a cenários políticos marcados por intensa disputa. Se aquilo que a Psicologia é depende das forças que dela se apoderam – como formula o Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Bicalho –, sua configuração atual pode ser descrita como o resultado de uma luta para substituir concepções elitizantes, fortalecidas ao longo do Regime Militar, por outras, nas quais a subjetividade é pensada em suas articulações com a vida social, visando o bem-estar de toda a população. O pensamento crítico e a luta política foram (e continuam sendo) essenciais nesse processo de recriação contínua da Psicologia, como ciência e profissão. Por esse motivo, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo resolveu dar início, no Jornal PSI, à seção “50 Anos de Psicologia no Brasil”, focalizando pensadores, instituições e correntes de pensamento que contribuíram para repensar essa ciência ao longo das últimas cinco décadas. A série começa com Michel Foucault (1926-1984), pensador francês que esteve no Brasil em cinco ocasiões e cuja obra se transformou em referência para a Psicologia e para iniciativas como a Luta Antimanicomial.



TRÊS OLHARES SOBRE MICHEL FOUCAULT

O impacto e a atualidade do pensamento de Michel Foucault no Brasil podem ser avaliados pelos indicadores mais diversos. A começar pelas sucessivas reedições de suas obras no Brasil, passando pela edição póstuma de seus cursos no Collège de France e chegando à produção de dezenas de trabalhos sobre Foucault, por estudiosos brasileiros. A realização do VII Colóquio Internacional Michel Foucault, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), entre 24 e 27 de outubro passado, e de eventos similares em outras importantes instituições de ensino no país (como USP, UERJ, UFRN e Unicamp) constituem outros sinais de que Foucault continua sendo estudado com atenção e interesse renovados.

Multidisciplinar antes mesmo que o termo tivesse se tornado de uso comum, Foucault transitou por áreas como a Filosofia, a Linguística, a História e a Psicologia. Sua obra levantou questões quanto ao caráter histórico das categorias da experiência social e explorou, em particular, o uso da ciência e da razão como instrumentos de poder, em campos como a Medicina e a Criminologia. Ainda que muito próximo da Psicologia (entre outras coisas foi professor de Psicologia na Universidade de Lille), Foucault não poupou de um exame crítico altamente severo e que possibilita reflexões sobre o seu papel na sociedade.

Autora do ainda inédito *Michel Foucault no Brasil: Presença, Efeitos e Ressonâncias*, a psicóloga e professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ, Heliana Conde, lembra que, em uma de suas visitas ao Brasil, Foucault se apresentou como um “fabricante de tamancos”. Fazia, segundo ela, uma brincadeira associando tamancos (*sabot*, em francês) com sabotagem. “Foucault sabota tudo aquilo que é instituído, dominador, controlador dos outros”, diz.

Para falar sobre o significado do pensamento do “sabotador” Foucault e seu impacto no Brasil, o *Jornal PSI* traz entrevistas com a professora Heliana Conde; com o psicólogo e professor da Faculdade de Educação da USP, Julio Groppa Aquino e com a professora de Filosofia da PUC SP Salma Tannus Muchail. Acompanhe a seguir.

EM BUSCA DA RADICALIDADE

ENTREVISTA | HELIANA CONDE

Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional/ Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

PSI – Como foi sua aproximação de Foucault?

HELIANA CONDE – Formei-me em Psicologia em 1972, pela UFRJ e comecei a ler Foucault no final dos anos 70, quando foi editado *História da Loucura*, em português. Para mim foi um encantamento permanente a partir dali. Embora tenha morrido em 1984, ele deixou os seus cursos gravados e muita coisa nova continua aparecendo. Então, parece que ele não morre nunca e a cada novo curso que sai o pessoal vai pensar em torno daquilo.

PSI – Você também está dando uma contribuição nesse sentido, com uma pesquisa histórica sobre a presença de Foucault no Brasil.

HC – Foucault esteve no Brasil em 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976. Biografias de autores como Didier Eribon e David Macey eram muito sucintas em relação a essas passagens. Essa pesquisa considera documentos escritos e fonográficos relativos à visita, além de artigos, coletâneas e narrativas orais daqueles que conviveram com Foucault em suas passagens por São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém durante os anos da ditadura militar.

PSI – Foucault é um incômodo para a Psicologia?

HC – Sim e muito. Numa de suas visitas ao Brasil, ele disse que fabricava tamancos. E que sentia um prazer quase erótico quando botava os pés nesses tamancos. Tamancos – *sabot* em francês – traz também uma referência a sabotagem”. Foucault sabota tudo aquilo que é instituído, dominador, controlador dos outros. Eu integrei durante certo tempo a comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e uma de nossas grandes preocupações era exatamente com essa ideia de que o psicólogo é um cara bom, a quem todo mundo vai confessar, contar suas coisas. Eu acho que a gente, de uma maneira muito hegemônica, exerce um controle mortífero sobre a vida das pessoas. Foucault é um cara fundamental para nos fazer perceber essa nossa condição como profissionais. O que por um lado parece um impasse, um paradoxo terrível: o psicólogo não fica alegre quando lê Foucault. Mas, num segundo momento, ele te ajuda a viver e a não atrapalhar, talvez, a vida dos outros.

PSI – Até que ponto se pode associar o pensamento de Foucault com mudanças ocorridas no Brasil como a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial?

HC – Foucault tem uma contribuição importante, mas que precisa ser vista em conjunto com a de outros autores como Basaglia, Erving Goffman, Thomaz Szasz, Ronald Laing e David Cooper. É um “nós” formado a *posteriori*. E convém notar que esses autores também

se influenciaram entre si. Quando Basaglia lê Foucault, por exemplo, há uma mudança no seu discurso. Ele percebe que não basta retirar as contenções, as barreiras físicas, as barreiras medicamentosas. Há algo, que é o próprio manicômio, que precisa acabar.

PSI – Esse olhar crítico perdura?

HC – No que se refere à Luta Antimanicomial, eu entendo que houve avanços no Brasil, mas há também problemas que não podem ser ignorados. A moçada para quem dou aula, por exemplo, muitas vezes olha para a Reforma Psiquiátrica como se ela fosse meramente administrativa. Perdeu-se a radicalidade. A questão da loucura é muito mais do que mudar a forma de atender as pessoas. É pensar na tensão em que essa nossa cultura vive. Acho que a leitura da *História da Loucura* continua sendo necessária. É um antídoto contra essa pasteurização.

PSI – Onde mais essa atualidade de Foucault se manifesta?

HC – Temos sempre novos limites a quebrar. A tensão da liberdade não tem fim. Uma das coisas que julgo mais importantes em Foucault é que ele nos ensina a desafinar não apenas o coro dos contentes conservadores, como também o daqueles que, opondo-se aos conservadores, também formam o seu coro de contentes. Dou um exemplo na área da Psicologia Jurídica: existem dispositivos como o do depoimento sem dano, que geram debates acirrados e polarizam posições. Não tenho que ficar numa posição de coro, contra ou a favor. Eu quero poder fazer política com crítica. Olhar as condições em que isso está sendo produzido e os limites que está instaurando. Idem com relação à Educação Inclusiva. A gente é contra a Educação Inclusiva? Não. Mas não posso deixar de apontar que a inclusão está servindo para produzir novas formas de hierarquização. Uma inclusão excludente. É preciso liberdade para questionar as coisas.

PSI – Por essa lógica, Foucault também é passível de crítica. Que crítica se faz a ele?

HC – Uma crítica que se faz muito a Foucault é que ele não nos diz o que fazer. Mas se ele o fizesse, se tornaria um mentor, tão criticável quanto qualquer outro. Foucault dá essa perspectiva crítica, respeitando o leitor, sem falar pelo seu leitor. Ele deixa você no plano da invenção.

A TERCEIRA MARGEM

ENTREVISTA | JULIO GROPPA

Livre-docente da Faculdade de Educação da USP. Mestre e doutor pelo Instituto de Psicologia da USP e organizador, com Cyntia Regina Ribeiro, de *A Educação por Vir – experiências com o cinema*

PSI – Como foi a apropriação de Foucault no Brasil?

JULIO GROPPA – Foi tardia e pontual. Efetivamente, aconteceu depois da sua morte, em 1984, por conta dos esforços de alguns teóricos de destaque, como Jurandir Freire Costa e Roberto Machado. Mais tarde, essa apropriação se popularizou a partir, sobretudo, de obras como *Microfísica do Poder* e *Vigiar e Punir* que estavam, por assim dizer, no *intermezzo* do pensamento de Foucault. Essa falta de perspectiva histórica da sua obra, somada a uma leitura de viés marxista característica daquele período, fez com que Foucault fosse assimilado, muitas vezes, de forma enviesada, como um neomarxista. Mesmo hoje, não se pode dizer que esse processo de apropriação foi concluído.

PSI – Por que isso não ocorreu ainda?

JG – Primeiro, porque Foucault foi muito “produtivo”. Sua obra é composta de 11 livros aos quais se somam seus *Ditos e Escritos*, que são colossais, sem falar nos cursos do Collège de France, de 1970 a 1984, que ainda não foram todos traduzidos no Brasil. Segundo, porque os discursos de viés marxista foram e continuam predominantes no campo da crítica oferecida pelas humanidades. Foucault produziu uma obra de desvio que provocou problemas imensos para as teorizações clássicas da História, da Filosofia e, sobretudo, da Psicologia. Problemas que essas disciplinas, até hoje, não estão dispostas a enfrentar.

PSI – O que está envolvido nessa diferença de pensamento?

JG – Foucault subverteu a ordem do discurso crítico dominante. Gosto de pensar nele como uma terceira margem, o lado “C” do pensamento, ao criticar tanto o estabelecido como os críticos do estabelecido (mas que se encontram intimamente ligados a ele). Na visão de Foucault, esse tipo de crítica é limitada porque preserva duas noções muito problemáticas: a de verdade e a de sujeito. O pensamento de Foucault mostra a necessidade de um afastamento da forma homem, consagrada no e pelo humanismo, como uma forma de ingerência em relação aos outros. E é essa visão humanista que, em última instância, sustenta todas as práticas psi. Como disse Deleuze, Foucault ensinou a dignidade de não falar pelos outros. Nossa tarefa não é tutelar ninguém. E, convenhamos, as práticas psi estão historicamente enredadas nesse compromisso de tutela.

PSI – Que outros impactos Foucault traz para a Psicologia?

JG – Ainda que isso raramente seja reconhecido, eu gostaria de lembrar que Foucault foi um psicólogo, e não apenas um historiador ou filósofo. Isso se evidencia, por exemplo, pelo interesse que demonstrou pelo discurso psi ao longo de sua formação. O impacto que ele provocou na Psicologia como ciência foi, contudo, devastador. Foucault põe a pique toda a discursividade moralista subjacente aos discursos psi. Entendidas, a rigor, como expedientes contemporâneos de confissão, nenhuma prática psi sobrevive ao interrogatório foucaultiano. Elas se mostram, ao fim e ao cabo, como estratégias de correção, de adequação, de conformação ao status quo.

PSI – Isso vale para toda a Psicologia?

JG – É preciso certo cuidado aqui porque aquilo que chamamos de Psicologia é, de fato, um campo de afluência de discursos conflitantes. Qual a conversa possível entre, digamos, Skinner e Freud? Nenhuma. Contudo, é possível dizer que, em comum, eles possuem um ensejo intervencionista sobre a experiência, uma requalificação dos modos de vida. A partir de Foucault, essa ingerência nas formas de existir passa a ser vista como politicamente intolerável. Não há uma concepção de sujeito na Psicologia, mesmo na Psicologia Social, que esteja acima de qualquer suspeita. Foucault evidencia o caráter aleatório dessas concepções, o que tem consequências severas e de grande alcance.

PSI – Até que ponto as ideias de Foucault trouxeram mudanças para a Psicologia no Brasil?

JG – Penso que os psicólogos, de forma geral, justificam seus fazeres a partir da premissa de que estão ajudando as pessoas que sofrem. Um grande número deles não se dá conta de seu papel como retroalimentadores de conformidades, as quais geram sofrimento. Dou um exemplo, citando os psicólogos escolares. A escola é uma grande produtora de sofrimento psíquico e uma grande usina de encaminhamentos pedagógicos que alimenta psicólogos e outros profissionais parapedagógicos (como fonoaudiólogos, psicanalistas e outros). A escola não consegue mais promover experiências significativas na vida daquelas pessoas. Ela olha para a criança e vê doença, anomalia, disfunção. E acha que precisa corrigi-las. Como não se sente plenamente capaz disso, convoca a tropa de choque dos profissionais parapedagógicos para dar conta da queixa escolar.

PSI – Há uma porta de saída para Psicologia?

JG – A saída é reinventar as práticas psi de cabo a rabo. Ninguém jamais ouviu falar de uma clínica, de uma escola ou de uma instituição foucaultianas. Isso significa que é preciso liquidar o acento pastoral que domina o universo psi. A lógica do progresso da condição humana – explicitada nas palavras de ordem do salvar, do cuidar, do curar, do servir – está enredada no horizonte da verdade e da subjetividade, do qual é preciso se afastar. Se você subtrair a forma homem da Psicologia, o que lhe sobra? É por isso que digo que Foucault foi um grande psicólogo. Ele próprio confessa que o principal problema abordado por ele não foi o poder, mas a questão do sujeito. Porque o sujeito é essa forma histórica que tanto os regimes de verdade como os de normalização vão sedimentar entre nós, fazendo com que se arregimente um tipo de experiência sem contestação de nenhuma ordem. Ora, a experiência da vida não é a experiência do João ou do José. Aproximar-se de formas intensivas de existência pressupõe um afastamento cada vez maior da melancólica noção de sujeito e todos seus determinismos. A saída é mudar a chave. E de modo radical.

O CUIDAR DE SI

ENTREVISTA | SALMA TANNUS MUCHAIL

Professora do Departamento de Filosofia da PUC SP, coordenadora do VII Colóquio Internacional Michel Foucault e autora de *Foucault, o Mestre do Cuidado – Textos sobre a hermenêutica do sujeito*

PSI – Que contribuições Foucault traz para a Psicologia e para a questão da loucura, em particular?

SALMA MUCHAIL – A contribuição de Foucault para a Psicologia é fundamental. Antes de *História da Loucura*, ele tinha escrito um pequeno livro, chamado *Doença Mental e Psicologia*. Foucault mostra que, antes da Idade Clássica não havia uma distinção entre loucos e outros marginais sociais. Essa identificação surge nesse novo período como decorrência de não servirem como mão-de-obra. Loucura se transforma em questão médica. Cria-se o hospício. Surge a Psicologia. Doença mental, mostra Foucault, não é uma verdade essencial da loucura. É mais um modo de lidar com a loucura. Poderão haver outros no futuro.

PSI – A psicologia “patologiza” a loucura?

SM – Sim, a loucura é tornada doença mental pelo olhar da Psicologia e não é preciso dizer o abalo que essa visão trouxe. Foucault critica o hospital na Idade Clássica e também critica o manicômio. Ele tem um curso inteiro chamado *O Poder Psiquiátrico* em que ele, para usar uma expressão muito ao seu gosto, problematiza as questões que a gente aceita como evidentes ou como resultado natural de algum processo evolutivo.

PSI – Um ponto que costuma ser questionado em relação a Foucault é a crítica do sujeito. Como a senhora vê esse aspecto?

SM – Essa questão gerou muitos mal-entendidos. Foucault chegou a ser tachado de homicida porque estaria “matando” o homem. Vale voltar um pouco atrás para dizer que, ao longo da História, o conhecimento foi colocado como aquilo que define o homem. Ocorreu uma descorporificação do conhecimento, que se manifesta de uma forma muito clara em Descartes. No cartesianismo da Idade Clássica, o que faz o homem ser o homem, é o cógito, o pensar. Vale dizer: não é porque eu existo, que eu penso. Mas sim, “eu penso, logo existo”. Se não penso, eu não sou nada. O pensamento se torna como uma substância que me define. Este é o sujeito do cógito.

PSI – O que acontece então?

SM – Na modernidade descobre-se que

o homem não é só mente, que precisa trabalhar para viver e que o viver tem fim. O homem continua sendo aquele que conhece, mas agora na perspectiva de uma ciência empírica. É quando surgem as ciências positivas do homem, como a Sociologia, a Antropologia ou a Psicologia. É quando o homem se transforma em um duplo: ele é objeto e é conhecedor. O que Foucault sustenta é que essa visão do homem, reduzida a sujeito e objeto de conhecimento, um dia vai acabar e nós vamos compreendê-lo de outro modo. Essa concepção de homem, que tratamos como evidente, vai desaparecer. E vai desaparecer assim como desapareceram outros modos de compreender o homem. O fim do sujeito é, de fato, o fim de “um” sujeito. Só que ele não sugeriu nada no lugar. No final da vida, contudo, ao voltar aos gregos, Foucault tenta resgatar um outro homem, o homem como sujeito ético. E isso nos traz reflexões importantes.

PSI – O que Foucault busca nessa volta aos gregos?

SM – Ele vai retomar conceitos como o “cuidar de si” e a “parresia”. Foucault se debruçou longamente sobre a Idade Clássica (séculos 17 e 18), com o objetivo de explicar a Modernidade que irá se instaurar a partir do século 19. No fim da vida, ele se volta para os gregos antigos, especialmente os epicuristas, os estoicos e os cínicos, além de Platão. Ele vai escavar outros eixos de experiência (além da loucura, da delinquência, etc), como é o caso do conceito de “cuidado de si”.

PSI – O que é o cuidado de si?

SM – Não é, claro, ir malhar na academia (risos). Foucault mostra que, mais importante que o “conhece-te a ti mesmo” é o “cuida de ti mesmo”, que inclui o conhecer-se. Ele mostra como a historiografia deu realce ao conhecimento e deixou muito na sombra o cuidar. O “cuidar de si” tem a ver com modo de vida, as atitudes, a conduta e envolve, por exemplo, exercícios de meditação, de leitura e de aprendizagem muito austeros. É um resgate do homem como sujeito ético. Aquilo que você conhece, não pode estar desprezado daquilo que você diz e faz. E se você diz e faz diferente, filósofo você não é.

PSI – E a parresia?

SM – Parresia significa “dizer verdadeiro”, “coragem da verdade”. O discurso que é conforme o que você pensa e faz. O mestre é aquele que dá testemunho com a própria vida daquilo que ele diz. Ele sabe a verdade? Não. Ele a está procurando. Mas ela inclui, inclusive, a coragem de dizer “eu me enganei aqui”. A lisonja e a retórica são os oponentes da parresia. Foucault nos mostra, assim, um caminho que podemos retomar para repensar o homem. ●

Igor e a equipe que orientou o trabalho teatral no Marrey. À direita, os presos em cena: histórias reais, reflexões e questionamentos

um salto al

“ Vocês estão aqui para dançar balé. Quem quiser seja bem-vindo, os demais podem sair”. Dita numa aula inaugural para jovens alunos da Juilliard School, em Nova Iorque, a frase acima não causaria espanto. Endereçada a um grupo de 30 detentos, reunidos em uma sala do núcleo educacional da Penitenciária Adriano Marrey, em Guarulhos, ela provocou as reações de incômodo que o educador penitenciário Igor Rocha, 53 anos, queria causar.

No início de 2011, Igor, o Diretor Técnico de Trabalho e Educação Valdinei Araújo de Freitas e o diretor de teatro Jorge Spínola, davam início, no Marrey, a um projeto inspirado no Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Ainda que insólita, a proposta não era nova. Nas últimas décadas, iniciativas semelhantes aconteceram em outras prisões brasileiras. O próprio Igor havia organizado peças nos anos de 2003 e 2004. Ações desse tipo, contudo, dependem de muitos fatores, entre eles, o sinal verde dos (as) decisores(as) que atuam no sistema prisional e judiciário. “Não é frequente, mas portas eventualmente se abrem”, reconhece o educador. “Quando isso acontece, é importante aproveitar a oportunidade”.

O lance do balé não teve o objetivo de “chocar os burgueses” (até porque eles não são exatamente numerosos entre a popula-

ção carcerária). Foi, antes, uma tentativa de quebrar códigos pré-estabelecidos, sobretudo, o da “cor de calça”. Leia-se, a distinção usualmente bem demarcada entre presos e funcionários. “Quando a gente começar, vamos trabalhar juntos, em igualdade e como equipe”, anunciou Igor. Não poderia ser diferente com uma proposta de trabalho voltada a gerar reflexão e crescimento pessoal. É certo que não se obtém confiança numa simples declaração de intenções. Igor e Jorge, contudo, acumulam uma história. Conhecem bem o meio e são conhecidos nele. Teatro na prisão não é para amadores.

O Marrey conta aproximadamente com 2 mil presos em regime fechado. Dos trinta que inicialmente se apresentaram para a experiência teatral, apenas nove prosseguiram: Demétrio, Emerson, Fabrício, Geferison, Luís Carlos, Rafael, Roberto, Radamés e Wellington. Enfrentaram, é claro, provocações de outros presos. Como relatou Rafael, não faltaram piadinhas como ser chamado de “artista”, para ficar na versão mais leve. Prosseguir foi um indicador de que a experiência estava valendo a pena.

TRÊS CENAS – “A proposta se desenvolveu em torno do conceito de Teatro-Fórum”, explica Spínola. Trata-se, segundo ele, de representar cenas que reflitam situações de opressão vividas pelos participantes. Nelas,

a história evolui até chegar a um momento de confronto. “Nesse instante, o dilema vivido pelo oprimido é colocado para a plateia”, diz o diretor. “Pergunta-se: ‘O que você faria no lugar dele?’. E, em seguida, as pessoas que estão assistindo são convidadas para subir ao palco e apresentar a sua solução”.

Das cinco situações propostas pelos detentos, três foram escolhidas para comporem a peça batizada como *O Dia que a Casa Caiu*. Uma delas mostrava um jovem trabalhador na idade de servir o exército. Interessado em manter o auxiliar, o patrão promete a ele um emprego formal e um aumento de salário caso ele consiga dispensa. O jovem consegue, retorna ao trabalho, mas as promessas feitas vão sendo adiadas até o momento em que o rapaz é demitido. Desempregado e desiludido, comete uma série de delitos até ser apanhado e “ganhar uma matrícula”. O que ele poderia ter feito quando o patrão negou a ele o prometido?

Outra cena conta a história de um preso que se sentiu mal, foi medicado e voltou ao pavilhão. Sem melhorar, voltou à enfermaria. Como não havia um médico disponível na unidade, precisaria ser atendido fora. Não havia, contudo, escolta militar para levá-lo. Sem atendimento adequado, ele morreu. Ocorre que o preso em questão estava em regime semiaberto e a questão colocada pela cena é: que lei é essa que possi-



ém das grades

bilita ao preso sair e voltar à instituição por suas próprias pernas, mas o impede de sair para receber atendimento médico?

A terceira cena é sobre um ex-presos que, tendo seu próprio caminhão, trabalha como terceirizado em uma transportadora. Um dia ele é designado para fazer o transporte de uma carga valiosa. Antes que isso aconteça, porém, chega ao conhecimento do dono da transportadora a sua passagem pela cadeia. De nada adiantam os argumentos do ex-presidiário de que estava trabalhando de forma correta, que tinha uma família para sustentar, que poderia até não transportar aquela carga valiosa, mas que gostaria de continuar trabalhando. Nada. O dono da empresa apenas diz que, a partir daquele dia, ele está fora.

PAS DE DEUX – O que você faria no lugar dele? Ou no de cada um deles, nas situações acima? O Juiz Jayme Garcia dos Santos Júnior, titular da Vara de Execuções Criminais de Guarulhos e um dos apoiadores da ideia do teatro na Penitenciária Adriano Marrey (ele também apoiou uma experiência teatral no complexo Penal José Parada Neto, também em Guarulhos) acompanhou todas as apresentações externas do grupo – duas realizadas em faculdades em Guarulhos e outra em São Paulo, durante o IV Encontro Estadual de Psicologia e Sistema Prisional). Numa delas, foi convidado a entrar em cena

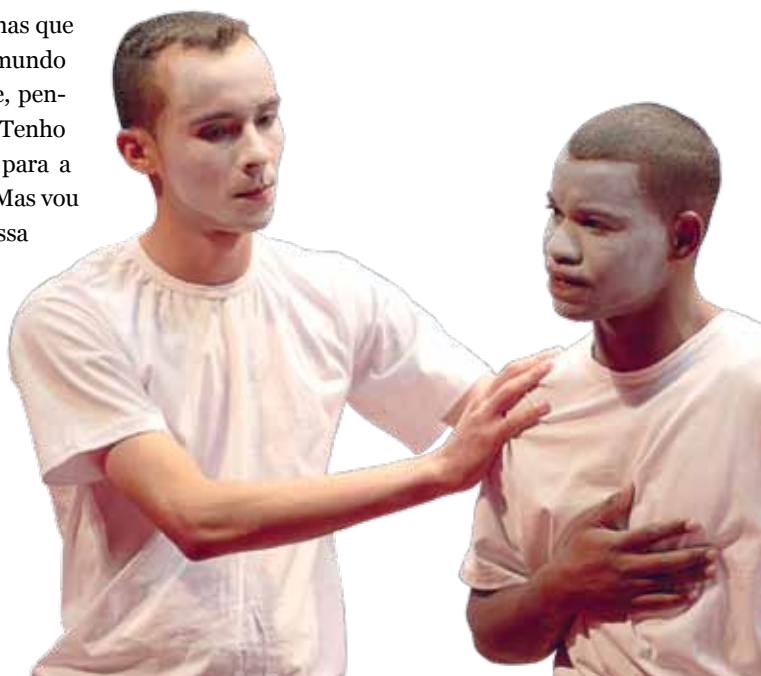
para dissuadir o dono da transportadora a não demiti-lo. Falhou.

Simple como possa parecer, essa situação deixa à mostra uma série de aspectos relevantes, diz Spínola. “Naquele espaço, naquele momento, o juiz se vê temporariamente desprovido do seu poder usual e o preso vive a situação, rara, de poder dizer livremente sim ou não”. Ok. O ser humano é um tanto mais tortuoso. O diretor é o primeiro a admitir que na negação dos argumentos do juiz, pode ter havido uma ponta de revanche. “Mas um processo educativo como esse não passa também por reconhecer esses mecanismos que mexem com as nossas decisões?”

Que falem os atores: “A oficina me fez pensar muito sobre todas as escolhas que fiz na vida”, diz Roberto. “Todo mundo que está preso pensa na liberdade, pensa em ser diferente quando sair. Tenho certeza que não será fácil voltar para a sociedade, arrumar um emprego. Mas vou batalhar para isso porque agora essa é a minha verdadeira escolha.”

“Nunca em toda a minha vida achei que viveria um momento como esse”, afirma Luís Carlos. “Sei que existem preconceitos, mas tenho meus objetivos e não vou me importar com o que os outros vão falar.”

O grupo formado no Marrey, e isto era sabido desde o princípio, teria curta duração, explica Igor Rocha. “A maioria estava em vésperas de sair da prisão e a gente espera que essa experiência com o teatro possa ter ajudado de alguma forma”. O futuro? “Estamos pensando em fazer uma nova experiência com teatro em 2012”, diz. Ele bem que gostaria que iniciativas desse tipo, ao mesmo tempo pedagógicas e terapêuticas, no sentido de que visam dar aos presos a oportunidade de refletirem sobre a própria vida e assumir responsabilidades por seus atos, fossem mais frequentes no meio prisional. É um salto e tanto. Mas não vale a pena tentar? ●



avaliação psicológica

O que es

Qualificar as avaliações psicológicas, indo além da mera aplicação de testes, é um dos pontos centrais do seminário que ocorrerá em março, em Brasília. A preservação da Ética e o respeito aos Direitos Humanos também estão em pauta.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) realizou, nos dias 18 e 19 de novembro, o Seminário Regional de Avaliação Psicológica. O evento integrou as atividades do *Ano Temático da Avaliação Psicológica* que tem entre seus objetivos qualificar a atuação na área e discutir a adequação das práticas aos parâmetros éticos da profissão, tendo os Direitos Humanos como referencial. O resultado dos debates será levado para discussão em um Seminário Nacional, previsto para março de 2012.

O Seminário Regional foi antecedido por diversos debates na região metropolitana e nas subsedes e pela realização de um evento preparatório, ocorrido no auditório do CRP SP, nos dias 14 e 15 de outubro, transmitido via CRP WEB TV. No primeiro dia do evento, além da presença de Carla Biancha Angelucci (presidenta do CRP SP) e Ana Paula Noronha (coordenadora do GT Nacional de Avaliação Psicológica), os psicólogos José Novaes(RJ) e Maria Cristina Pellini(SP) participaram de uma mesa redonda discutindo diversos aspectos envolvendo a Avaliação Psicológica. O evento também contou, em seu segundo dia, com

palestras específicas para tratar de cada um dos três eixos que serviram de orientação a todos os debates deste Ano Temático: Qualificação, Alexandra Anache (MS); Avaliação Psicológica em Contextos Institucionais, Adriana Eiko (SP) e Relação com o Contexto de Formação, Paulo Francisco de Castro (SP).

Cada uma destas atividades resultou na formulação de propostas e na indicação de relatores para o Seminário Regional. Neste, por sua vez, foram debatidas e sistematizadas as propostas em torno dos três eixos, que serão levadas ao encontro nacional.

QUESTÕES – A aplicação de testes psicológicos vem se expandindo ao longo dos anos e ocorre atualmente nos mais variados contextos: nas áreas clínica e da saúde, hospitalar, no trânsito, na área jurídica e no sistema prisional, no trabalho, na orientação profissional e nos contextos educativos, entre outros. Uma primeira preocupação foi com a qualidade dos testes que chegavam ao mercado. Em 2001, esse fato levou à decisão pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), de criar o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI). A

partir de aspectos como validade, precisão, padronização e outros, o Sistema passou a estabelecer quais testes poderiam ser usados pelos(as) psicólogos(as).

Ainda que importante, essa medida está longe de solucionar as dificuldades envolvendo a avaliação psicológica. Exemplo disso está exposto numa das produções que o CFP reuniu em livro, com textos geradores de debates dentro do Ano Temático. Em *Avaliação psicológica, fundamentos e processo*, o psicólogo José Novaes, da Universidade Federal Fluminense, questiona o fato de um instrumento de avaliação psicológica, o PLC-R, ou escala Hare, ter sido aprovado pelo SATEPSI. Segundo ele, ainda que satisfizesse os aspectos técnicos, o referido teste utilizava a orientação homossexual como critério para diagnosticar psicopatia, o que fere a Ética e atenta contra os Direitos Humanos. Mesmo que casos desse tipo possam ser mais detidamente examinados no futuro, há uma série de outras questões que demandam reflexão e respostas por parte da Psicologia.

Uma delas é o fato de que a avaliação psicológica, prática exclusiva do(a) profissional de Psicologia, não pode ser reduzida à aplicação de testes. “O teste é um instrumento destinado a embasar um processo de avaliação psicológica, da mesma forma que um raio X dá suporte para a formulação de um diagnóstico”, diz a Conselheira do CRP SP, Alacir Villa Valle Cruces. A avaliação pressupõe, portanto, que não apenas os testes, mas o conjunto de saberes do profissional, sejam usados para a emissão de um parecer técnico a partir da relação com o(a) usuário(a) dos serviços psicológicos.

Quando avaliações criteriosas e embasadas deixam de ser feitas, isso se reflete nos questionamentos que passam a ser levantados pela sociedade. Questionamentos que colocam em cheque não apenas o(a)

lógica: tá em debate?

profissional mas, no limite, o próprio processo de avaliação (como já ocorreu, no passado, em relação aos testes aplicados na área do trânsito). Uma das consequências desse fato, como coloca a Conselheira e Coordenadora do GT de Avaliação Psicológica do CRP SP, Graça Camara, é a abertura de um grande número de processos éticos, situação que tem se repetido nos diversos Conselhos Regionais. “Em ambientes como as Varas de Família, onde disputas estão presentes, esses questionamentos são ainda maiores”, afirma.

Uma segunda questão é a responsabilidade ética que o(a) profissional deve ter. “Avaliações podem gerar estigmas para pessoas, grupos ou mesmo para a sociedade”, afirma Alacir Cruces. Podem também,

no âmbito institucional, se transformar em meros instrumentos de controle social. “No sistema prisional”, exemplifica, “psicólogos têm sido demandados a fazer prognósticos criminológicos o que, além de colocar questões problemáticas do ponto de vista de respeito aos Direitos Humanos, a predição de comportamentos e atitudes não encontra base na Psicologia”.

Tanto a qualidade da avaliação psicológica, como a importância de fazer com que a Ética e o respeito aos Direitos Humanos estejam intrinsecamente integrados a ela, passam pela formação profissional. Nesse sentido, o Ano Temático quer colocar em discussão de que maneira é possível alcançar melhorias, buscando a participação de entidades voltadas para o ensino da Psicologia. ●

PARA REFLETIR

“ (...) Afirmamos Direitos Humanos a partir de nossas práticas, assim como analisamos ética como uma análise constante de seus efeitos. De que modo podemos então pensar ética e Direitos Humanos – norteadores de nossas práticas, sempre políticas – como eixos indissociados dos processos de construção e legitimação de validade e fidedignidade de nossos instrumentos de avaliação psicológica? O objetivo de tecer estes questionamentos e críticas acerca do fazer cotidiano profissional não é colocá-lo na ordem da intencionalidade, muito menos propor uma essência que leve a conclusões maniqueístas que indicam algumas práticas como éticas e outras como não éticas, *a priori*. A questão é remeter a urgência de um posicionamento crítico sobre nossos fazeres, em quaisquer instituições que nos convocam. E assim reorientar a lógica de “que lugar me cabe como psicólogo” para “que práticas, como psicólogo, são possíveis construir?” Apostamos desse modo, em práticas de avaliação éticas que tenham como norte a promoção de direitos para quaisquer humanos, estejam eles no trânsito, na empresa, na escola ou na prisão.”

Fragmento de *Ética e Direitos Humanos sob o crivo da avaliação: validade e fidedignidade em questão*, um dos textos para geração de debates reunidos em livro pelo CFP. Os textos podem ser acessados na íntegra pelo endereço: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/anodaavaliacaopsicologica_prop8.pdf

Psicologia, saúde e qualidade de vida

Bioética, direitos sexuais e direitos reprodutivos e implicações no campo da saúde de questões como a violência doméstica. Esses foram alguns dos temas tratados no I Congresso de Saúde do Oeste Paulista, realizado de 28 de setembro a 1 de outubro, em São José do Rio Preto, evento que teve como proposta abordar, sob uma visão transdisciplinar, a qualidade de vida no campo da Saúde.

O I Congresso representou a consolidação, em um único evento, de diversos congressos na área da saúde anteriormente realizados na região. No evento, a prioridade foi a integração das diversas áreas de conhecimento da saúde (Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia), com apresentações de simpósios e mesas-redondas.

“O evento teve grande importância pela aproximação entre profissionais de diversas áreas da Saúde na região e a possibilidade de colocar em evidência temas que fazem interface com a saúde e que têm sido abordados pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo”, avalia o Conselheiro do CRP SP Luiz Tadeu Pessutto, integrante da comissão organizadora do congresso.

Entre os temas estiveram: *Práticas da Psicologia em situações de emergências e desastres; Evolução da Ética até a Bioética; Saúde e Qualidade de Vida e suas implicações; Envelhecimento e o Luto; Violência doméstica: um problema de Saúde Pública*. Outro acontecimento importante no congresso foi um encontro destinado a discutir a formação dos psicólogos(as) e que contou com a participação de diversos coordenadores(as) de cursos da região.

incorporar as questões étnico-raciais

BOA APARÊNCIA

No mesmo dia em que se realizava o seminário “Racismo e Sofrimento Psíquico” no CRP SP, jornais de São Paulo traziam a notícia da estagiária Ester Elisa da Silva Cesário, de 19 anos, que, para apresentar “boa aparência”, foi orientada por sua chefe, no Colégio Internacional Anhembi Morumbi, a alisar o cabelo e usar roupas largas para disfarçar seus quadris. O episódio é mais um a confirmar a prática de racismo na sociedade brasileira. A resposta do colégio, de que direção e equipe nunca tiveram intenção de causar constrangimento é, por sua vez, mais um exemplo da negação que se repete, usualmente, nesses episódios. Como deixou patente a *Carta de São Paulo*, produzida ao final do I Encontro Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores sobre relações interfaciais e Subjetividade no Brasil, realizado em 2010, o racismo à moda brasileira é um mecanismo violento e sofisticado, que silenciosamente visa a garantia de privilégios.

a resolução do 018/02 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para o psicólogo(a) em relação ao preconceito e à discriminação racial, completa 10 anos em 2012. Apesar dela, e de variadas iniciativas voltadas para debater o tema ao longo desse período, o tema não penetrou de forma significativa no conjunto dos problemas abordados pelos(as) profissionais. A formulação de propostas para tornar a temática do racismo efetivamente presente nas discussões e ações do Sistema Conselhos foi um dos objetivos do seminário “Racismo e Sofrimento Psíquico”, realizado em 7 de dezembro, no auditório do CRP SP.

O evento contou com as participações de Maria Lúcia da Silva, do Instituto AMMA Psiquê, e de Edna Muniz de Souza, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Na abertura do seminário, a presidenta do CRP SP, Carla Biancha Angelucci, afirmou que “é no diálogo coletivo que iremos conseguir forças para

colocar esse debate na rua e dar visibilidade à esta violência que, apesar de escamoteada, é extremamente presente no Brasil”. Organizador do evento, o Conselheiro Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo destacou que o planejamento estratégico do CRP SP para 2012 aprovou a proposta de discussão de temas que envolvam a saúde da população negra, com uma agenda permanente de debate e produção de materiais.

Em sua apresentação, a psicóloga Maria Lúcia da Silva lembrou que a fundação do Brasil foi baseada na violência contra os negros e indígenas e que este é um ponto que deve ser constante nas discussões sobre preconceito. “A negação desta história é uma das faces do racismo brasileiro. Nós, psicólogas e psicólogos, precisamos fazer nossa lição de casa: estudar história, perceber o que acontece à nossa volta e incluir nisso a história de nosso país. Precisamos sempre levar em conta as determinantes sociais da formação do Brasil”, afirmou. Maria Lúcia também destacou o fato de que o Sistema Conselhos, sendo um polo proponente de políticas públicas, pode contribuir para levar à frente propostas que levem em consideração as especificidades da população negra em campos como os da Saúde e da Educação.

Outro aspecto destacado no seminário foi a importância, por parte dos psicólogos(as), de aprimorar o olhar e a escuta. Segundo Edna Muniz de Souza, assim como as relações de trabalho, as questões raciais são muitas vezes negligenciadas como fatores causadores de sofrimento psíquico. Ela citou o caso de três merendeiras de uma escola pública de São Paulo que em 2001, após constantes ataques preconceituosos por parte do diretor da instituição, apresentaram sintomas de depressão,

vergonha em Sorocaba

O Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia, do campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e o psicólogo Lúcio Costa, estão sendo processados judicialmente por hospitais psiquiátricos privados de Sorocaba e região. A ação se deve à divulgação do Levantamento de Indicadores sobre os manicômios daquela área, que apontou a ocorrência de mortes naquelas instituições em níveis muito acima da média estadual.

Em Carta Aberta, o Conselho Regional de Psicologia de SP se manifestou em defesa do debate científico em saúde mental, em Sorocaba. E um dos trechos é dito que “o CRP SP repudia veementemente qualquer forma de desrespeito e desqualificação da atitude e da pesquisa científicas, assim como o impedimento da liberdade de expressão e o aviltamento dos Direitos Humanos”.

Vale acrescentar que o FLAMAS, entidade à qual os pesquisadores são ligados, receberá, nessa semana, dia 9, pelas mãos da Presidenta Dilma Rouseff o Prêmio Direitos Humanos, conquistado na categoria “Enfrentamento à Tortura”, pela sua atuação no ano de 2011.

queda intensa de autoestima, pensamentos suicidas, além de apresentar doenças psicossomáticas como taquicardia, pressão alta e problemas digestivos. Para Edna, o(a) psicólogo(a) deve estar atento a aspectos como esses para poder oferecer um atendimento adequado. Além disso, ela chamou a atenção para o fato de que existem poucos estudos na área de Saúde do Trabalho que incluam a questão étnica-racial. ●

OS ARTIGOS DA RESOLUÇÃO CFP 018/2012

ART. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

ART. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

ART. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

ART. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

ART. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

ART. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

PL das 30 horas é aprovado no Senado Federal, mas aguarda votação na Câmara

O Projeto de Lei que defende a jornada de trabalho de 30 horas semanais para psicólogos(as) foi aprovado pelo Senado Federal, em setembro de 2011. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em caráter terminativo, o texto apresentado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), que estabelece que uma eventual redução de jornada não poderá acarretar redução de salário. A senadora acatou a reivindicação exposta pelo conjunto da categoria, pautada na alegação de que a profissão tem características especiais e exige formação com intensa carga de estudo e pesquisa, além de expor o(a) profissional à condições particularmente desgastantes.

“Entendemos que a lei é que deve regulamentar a jornada de trabalho do (a) psicólogo (a) em todo o Brasil, a fim de contemplar, com a mesma proteção legal, profissionais sujeitos à mesma rotina e as mesmas pressões laborais”, argumenta o texto.

Atualmente, o PL das 30 horas encontra-se novamente na Câmara dos Deputados aguardando parecer da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Se aprovado, o PL seguirá direto para sanção da Presidenta Dilma Rousseff. A mobilização dos profissionais da área foi fundamental para que o PL chegasse até esse estágio. Por isso, deve continuar. Envie suas mensagens em defesa da aprovação do PL. Acesse: http://www2.pol.org.br/main/manifesto_pl_30horas.cfm

não, obrigado



Na abertura do evento, forças políticas se unem contra a medicalização.

O QUE É MEDICALIZAÇÃO

A medicalização é um fenômeno que transforma, de forma artificial, questões sociais em doenças individuais, ou seja, em problemas médicos. Ao fazer esse processo de “adoecimento” de ocorrências como o parto, a menopausa, a calvície, os processos característicos do desenvolvimento, ela cria um mercado para tratamentos, medicamentos e terapias. Em anos recentes iniciativas em diversas partes do mundo têm nomeado esse fenômeno, exposto suas engrenagens e apontado suas consequências. Ser contra a medicalização não é ser contra medicamentos ou contra a Medicina, nem tampouco desconhecer o sofrimento de pessoas diante de situações apresentadas como “distúrbios” ou “transtornos”. É sobretudo ser contra um processo de culpabilização de indivíduos por serem diferentes de um padrão determinado de humanidade, padrão que se oculta na sociedade como um evento “natural” e “benéfico”, mas que, ao final, produz mais sofrimento do que saúde; mais controle que liberdade.

Um debate aprofundado, abordado a partir de múltiplos enfoques teóricos e metodológicos e com uma forte participação do público. Essa foi uma das marcas do II Seminário Internacional “A Educação Medicalizada - Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos” que ocorreu em São Paulo, entre 11 e 14 de novembro. Realizado por nove entidades, entre elas o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), e do apoio de importantes entidades como o Conselho federal de Psicologia, o evento contou com mais de mil participantes e as presenças do ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão e de outros 16 palestrantes, entre eles convidados internacionais como Celia Iriart e Steven Strauss, dos Estados Unidos; Martha Shuare, da Rússia; Beatriz Janin, Gisela Untoiglich e Leon Benasayag, da Argentina; e Marcelo Vinãr, do Uruguai; e de Rosa Nunes, de Portugal.

O II Seminário também colocou em evidência as conquistas alcançadas pelo Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, criado em 2010, ao final do primeiro encontro. De lá para cá, diversas iniciativas tomaram corpo, como os contatos com o Fórumadd, da Argentina, que desenvolve luta semelhante contra a medi-

calização; a busca de informações sobre a venda e a dispensação de medilfenidatos e a formação de uma frente parlamentar contra a medicalização, que tem contribuído para estancar projetos de lei envolvendo o diagnóstico de supostos casos de dislexia.

Na apresentação de “Medicalização do Comportamento e Aprendizagem: o obscurantismo reinventado”, a médica e professora da Universidade Estadual de Campinas, Maria Aparecida Moysés, expôs os interesses ocultos pela indústria farmacêutica e pela lógica médica, ao transformarem a diversidade humana e o sofrimento psíquico em problemas a serem eliminados por medicamentos e terapias. Entre outros aspectos, ela mostrou como os questionários usados para diagnosticar uma pessoa como disléxica se assemelham aos “questionários sugestivos” aplicados durante a Inquisição.

O ex-Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, signatário do Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, seguiu na mesma linha crítica. Na conferência “Saúde Pública e Medicalização”, ele mostrou como se articulam a indústria farmacêutica e os prestadores de serviços de saúde, contribuindo para o crescimento da medicalização. Temporão deixou claro, contudo, as dificuldades a serem enfrentadas pelos que se opõem à me-

“ A luta contra a medicalização ainda é uma luta contra-hegemônica. Seu sucesso vai depender da nossa capacidade de ampliar o debate e de conquistarmos a adesão da população.”

JOSÉ GOMES TEMPORÃO,
Ex-Ministro da Saúde

“ O processo de medicalização traz consequências gravíssimas para o futuro da educação pública e para a formação de gerações. Há uma lógica instituída, na qual o uso de medicamentos está internalizado: os pais acham que isso é muito bom, os professores acham que isso é muito bom. Penso que esse evento vai ser um marcador temporal. Ele cria rugosidades que podem levar a um questionamento desse fenômeno e, ao mesmo tempo, contribuir para um olhar mais amplo e crítico sobre a educação e a sociedade.”

ROBERTO LEHER,
Universidade Federal do Rio de Janeiro

“ Está havendo uma aproximação importante de entidades de diversos países para discutir o problema da medicalização na América Latina. No Chile, por exemplo, 70% das crianças encaminhadas para atendimento na área de saúde mental saem das consultas com diagnóstico de TDAH e isso está gerando preocupação. Sei também, por alunos do Equador e do Peru, que o tema começa a ser discutido em seus países. Precisamos juntar forças para enfrentar essa situação e buscar respostas aos problemas da América Latina a partir da própria América Latina.”

GISELA UNTOIGLICH,
Universidad de Buenos Ayres – Argentina

“ O evento me trouxe muitos questionamentos. Atendo crianças que chegam através dos pais ou de escolas e quis conhecer mais sobre esse assunto. Até agora eu não achava que pudesse haver algo de errado quando um neurologista recomendava este ou aquele medicamento. As palestras me trouxeram uma reflexão importante e que me levam a pensar mais detidamente sobre a medicalização.”

LIRIS FRANCISCO,
Psicóloga clínica e participante do evento



WALTER CAMPANATO / ABB



DIVULGAÇÃO

dicalização. Segundo ele, trata-se de uma luta de caráter contra-hegemônico, cujo sucesso dependerá da capacidade dos envolvidos em ampliar os debates sobre o tema e conquistar a adesão da população.

Exemplos dessa resistência surgiram ao longo de todo o evento. Na abertura do seminário, por exemplo, o deputado estadual Carlos Gianazzi, integrante da frente parlamentar contra a medicalização, referiu-se ao veto, pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, à criação do Dia Estadual de Luta contra a Medicalização (12 novembro). Gianazzi lembrou que a proposta foi aprovada na Assembleia Legislativa de São Paulo e apresentou o argumento usado para justificar o veto, pelo Governo do Estado de São Paulo: o fato do tema ser “polêmico”. Vale lembrar que proposta similar, na Câmara Municipal de São Paulo, ainda aguarda aprovação.

DROGA DA OBEDIÊNCIA – A Educação é uma das áreas nas quais o processo de medicalização gera grande preocupação. Em anos recentes verificou-se um movimento no sentido de diagnosticar crianças e jovens “agitados” e com dificuldades de aprendizagem como portadoras de supostos transtornos como TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)

de) e dislexia. Supostos porque, apesar do discurso corrente que os apresenta como pontos pacíficos no mundo científico, ainda suscitam inúmeros questionamentos, pois carecerem tanto de comprovação científica rigorosa como se valem de métodos diagnósticos de validade questionável, como mostraram neurologistas, psicólogos e educadores palestrantes. O medicamento usualmente indicado para esses chamados transtornos é o cloridrato de metilfenidato, droga que se tornou mais conhecida do público pelo nome de um dos produtos disponíveis no mercado, Ritalina, do laboratório Novartis Biociência (o outro é o Concerta, da Janssen Cilag).

O Brasil aparece, hoje, como o segundo maior consumidor mundial de metilfenidato. Só no município de São Paulo, a aquisição da droga passou de 110 mil comprimidos em 2009 para 180 mil em 2010, sendo que até maio de 2011 haviam sido comprados 150 mil comprimidos, de acordo com dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Saúde, por solicitação do vereador Eliseu Gabriel. Em parte, eles se destinam a crianças e jovens identificados como “hiperativos”. O poder “calmante” do medicamento (descrito pela farmacologia como “efeito zumbi”), sinal de toxicidade da droga, valeu a ela o sugestivo nome de “dro-

ga da obediência”.

Para a presidenta do CRP SP, Carla Biancha Angelucci, um dos desafios enfrentados por aqueles que se posicionam contra a medicalização é devolver a acusação de estarem dificultando o acesso à saúde, à educação e aos bens sociais. “Responder a essa questão requer que se parta do reconhecimento do sofrimento humano expresso, por exemplo, por crianças e adolescentes que não veem sentido em seu processo de escolarização. O problema posto neste seminário é repensar as construções sociais existentes e propor outras que possam atender efetivamente a população”, diz.

Uma das ações resultantes do seminário foi a apresentação da “Carta do Unosul”. Trata-se de documento formulado por profissionais e representantes de diversas entidades envolvidos com a luta contra a medicalização na América Latina. O documento está disponível no endereço (<http://medicalizacao.com.br/arquivos/Carta-del-Mercosur-1-portugues.pdf>). De acordo com a representante da ABRAPE e do Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e conselheira do CFP, Marilene Proença, “a expectativa é de ampliar o debate por meio da criação de núcleos regionais do Fórum e buscar novas adesões no Brasil e na América Latina. ●

psicologia on revertendo e aprimorando

a prestação de serviços psicológicos *online* está sendo objeto de debates no Sistema Conselhos de Psicologia. O assunto foi tratado na Resolução CFP 12/2005, que regulamentou o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador. Nos últimos seis anos, contudo, houve avanços tecnológicos consideráveis e, com o maior acesso da população a esses recursos, a atualização daquela resolução se tornou uma necessidade.

“A expansão da Banda Larga em regime público e universalizado no Brasil aumentará em grande escala as ofertas e as demandas de serviços na rede, assim como poderá potencializar o pensamento coletivo enquanto força criadora”, avalia o Conselheiro do CRP SP, Luiz Eduardo Berni. “O Sistema Conselhos está preocupado em dispor de diretrizes claras e atualizadas que orientem o uso desses novos recursos e garantam a qualidade dos serviços que venham a ser prestados dessa forma”.

O ponto central da Resolução CFP 012/2005 é que o atendimento terapêutico mediado pelo computador só pode ser efe-

tuado como projeto de pesquisa. Desde que não psicoterápicos, são reconhecidos os serviços de orientação que podem ser de diversas naturezas tais como orientação psicológica e afetivo-sexual, processos prévios de seleção de pessoal, utilização de testes psicológicos informatizados, consultoria a empresas, orientação ergonômica, orientação profissional, orientação de aprendizagem, entre outras.

Atualmente, para poder realizar o atendimento *online*, o(a) psicólogo(a) tem que obter uma licença junto ao Conselho Federal de Psicologia. Este emite um certificado eletrônico, na forma de selo, que identifica os *sites* autorizados a prestarem serviços psicológicos mediados por computador. Berni afirma que a percepção existente hoje é de que o campo, como um todo, se mostra estável sendo possível flexibilizar algumas regras. Assim, um aspecto que entra na pauta é a redução das formalidades que hoje envolvem o sistema de credenciamento de *sites*. Por fim, ele destaca incongruências que surgiram com o avanço da tecnologia: “o psicólogo não pode fazer atendimento por telefone, mas nada impede que o faça pelo *Skype*”, diz.

REFRESH – A revisão da Resolução 12 deve ocorrer em evento nacional organizado pelo CFP, previsto para o primeiro semestre de 2012. Previamente têm ocorrido encontros para debater o assunto. Em São Paulo, o CRP SP organizou nos dias 6 e 7 de outubro de 2011, o seminário “Psicologia *Online* – Discutindo as Dimensões do Atendimento Psicológico à Distância”, que contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas. A maioria delas assistiu ao evento pela Internet que foi transmitido via *web*. O CFP também promoveu evento semelhante, em novembro. O seminário “Serviços Psicológicos *Online*” debateu o papel da Psicologia na relação com as comunicações de rede, em especial os aspectos interdisciplinares presentes nos serviços psicológicos *online*. Vale destacar que o evento foi exclusivamente transmitido *online*, com a participação de aproximadamente 1.500 participantes, demonstrando como é abrangente o uso das tecnologias.

No evento de São Paulo, especialistas abordaram questões envolvendo experiências de atendimento à distância em instituições acadêmicas; aspectos éticos e técnicos para a atuação do(a) psicólogo(a) no meio digital e o estabelecimento de vínculo no atendimento terapêutico à distância – um dos tópicos de mais ampla discussão. Também foram tratados aspectos como a demanda pelo atendimento psicológico à distância; a importância da capacitação profissional e aspectos financeiros, jurídicos e tributários dos serviços à distância.



anuidade 2012 o que muda

A psicóloga e professora Rosa Maria Farah, Coordenadora do Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática (NPPI), Serviço em Informática da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, da PUC SP, participou como palestrante nos dois eventos. Segundo ela, muitos(as) psicólogos(as) ainda possuem uma visão conservadora em relação aos serviços prestados por meio da Internet. Ela acredita, contudo, que essa nova realidade acabará por se impor.

“A necessidade de rever a Resolução 12 do CFP é urgente”, afirma Rosa Farah. “Ainda que tenha sido publicada em 2005, seu conteúdo remonta a discussões anteriores ao ano de 2002, o que só acentua o distanciamento entre o que está proposto e o que existe hoje”, diz. Não se trata, segundo ela, de simples descompasso com a tecnologia. Questões de fundo também precisam ser discutidas. “Como diferenciar, por exemplo, a realização de psicoterapia pela Internet, restrita à pesquisa segundo a resolução, das várias modalidades de orientação psicológica reconhecidas? Na prática, essa distinção nem sempre é clara”, diz.

Outro aspecto importante, segundo a professora, é que o atendimento *online* tem características próprias. “Não se pode, simplesmente, transpor o que hoje se faz presencialmente para o atendimento *online*”, diz. Além disso, ela sustenta que a Psicologia *online* traz consigo a possibilidade da criação de novas formas de atendimento à população, sem falar na abertura do campo de trabalho para os(as) profissionais. Sua abordagem na formação do(a) psicólogo(a) é, portanto, um desafio para assegurar que esses serviços sejam prestados de forma qualificada. ●

Aprovada em 31 de outubro de 2011, a Lei 12.514 estabeleceu novas regras para as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral. Uma das principais mudanças diz respeito ao parcelamento das anuidades que passará a ser de, no mínimo, cinco vezes. A lei também determinou um teto para o valor das anuidades – R\$ 500,00, ajustáveis anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – além de definir critérios para a execução de dívidas.

Para a Presidenta do Conselho Regional de Psicologia, Carla Biancha Angelucci, o principal benefício para os(as) psicólogos(as) será a possibilidade de parcelar o pagamento da anuidade em pelo menos cinco vezes. “A concentração de impostos, taxas e outros gastos nos primeiros meses do ano tem um peso considerável para o orçamento de muitos profissionais. A possibilidade criada pela nova lei de cobrar a anuidade em um número maior de parcelas vai facilitar o pagamento e contribuir para uma redução da inadimplência”, afirma.

A Tesoureira Gabriela Gramkow observa que, assim como os demais Conselhos Regionais de Psicologia, o CRP SP já vinha praticando valores significativamente abaixo do teto de R\$ 500,00 estabelecido pela lei 12.514. Ela lembra também que a anuidade de R\$ 307,81 foi aprovada na assembleia orçamentária realizada em agosto de 2011.

Para o advogado Hamilton Siqueira Jr, da assessoria jurídica do CRP SP, a Lei 12.514 completou lacunas deixadas em aberto pela legislação que, anteriormente, dava sustentação à cobrança de contribuições pelos conselhos profissionais. “Há vários anos, o Sistema Conselhos de Psicologia vinha se empenhando na criação de legislação específica sobre o tema junto a diversos governos federais”, diz. “A Lei 12.514 passa, assim, a regulamentar de forma expressa essas cobranças”.

ANUIDADE 2012

Valor da anuidade: **R\$ 307.81**

Para quem pagar em cota única:

- > Em janeiro: desconto de 1.81% **R\$ 302.23**
- > Em fevereiro: desconto de 0.90% **R\$ 305.00**
- > Em março: sem desconto **R\$ 307.81**

Cota única paga em abril ou maio:

o valor de **R\$ 307.81** será acrescido de 2% de multa e juro de 0.50% ao mês.

Parcelamento em 5 vezes: cada parcela, no valor de **R\$ 61.56**.

A parcela que não for paga no seu vencimento será acrescida de 0.50% de juros.

Se você não pagou alguma anuidade, aproveite para legalizar a sua situação. Entre em contato com o CRP SP (11) 3061-9494 ou pelo e-mail: atendimento@crpsp.org.br e negocie o pagamento da sua dívida. Faça sua parte. Contribua com a inserção de uma Psicologia cada vez mais forte e reconhecida socialmente!

FIQUE LEGAL
FIQUE EM DIA COM A
psicologia

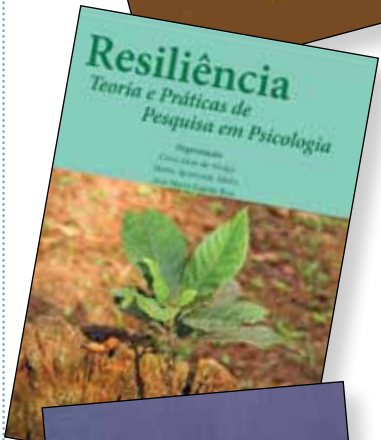


PSICOLOGIA ESCOLAR: IDENTIFICANDO E SUPERANDO BARREIRAS

Claisy Maria Marinho Araújo e Raquel Souza Lobo Guzzo (orgs.), Campinas, Átomo e Alinea, 2011, 320 ps.

Trata-se de um livro que visa contribuir para identificar e enfrentar os limites e desafios que se constituem como barreira à construção política e profissional da Psicologia Escolar. Dessa forma, pretende buscar sua superação por meio da presença do (a) psicólogo (a) em contextos educativos, com uma visão crítica para uma Psicologia voltada para a promoção do desenvolvimento humano e construção de políticas públicas que expressem o compromisso com a educação, em diferentes níveis e modalidades, sobretudo, na realidade.

PREÇO: R\$ 42,00 | TELEFONE: (19) 3254 1888 | INTERNET: www.grupoatomoealinea.com.br



RESILIÊNCIA – TEORIA E PRÁTICAS DE PESQUISA

Ana Maria Galvão Rios, Ceres Alves de Araújo, Maria Aparecida Melo (orgs.), São Paulo, Ithaka Books, 2011, 220ps

O tema da resiliência tem ganhado cada vez mais destaque, em uma época que nos expõe a todo tipo de adversidade. Neste livro, prefaciado pela Dra. Mathilde Neder, mestres e doutores em Psicologia analisam o tema da resiliência e suas aplicações nos mais diversos contextos: São exploradas as relações da resiliência com temas como infância, velhice, espiritualidade, organizações e outros.

PREÇO: R\$ 50,00 | INTERNET: <http://ithakabooks.com.br>



ENTRE O HOSPÍCIO E A CIDADE – DILEMAS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Ianni Scarcelli, São Paulo, Zagodoni, 2011, 192 ps.

Os dilemas no campo da Saúde Mental não se limitam ao desmonte do hospital psiquiátrico, mas aos vários aspectos emblemáticos que o manicômio carrega. Considerando tal perspectiva, são levantadas questões que possam ser relevantes à Saúde Mental, a partir de problemas e soluções que emergem em experiências voltadas ao desmantelamento da instituição psiquiátrica como aquelas que buscam garantir um outro lugar de morada que não mais o das “instituições totais”. O que se pode apreender na transição que ocorre do hospício à cidade, em seu sentido estrito, é uma das principais reflexões desta obra.

PREÇO: R\$ 39,00 | TELEFONE: (11) 2334-6327 | INTERNET: <https://zagodonieditora.websiteseuro.com>



EDUCAÇÃO MUSICAL: BASES PSICOLÓGICAS E AÇÃO PREVENTIVA

Vera Pessagno Brécia, Campinas, Átomo e Alinea, 2011, 148 ps.

A fim de fundamentar uma autêntica cruzada a favor da expansão e da melhoria da educação musical entre nós; a autora, além de recorrer às próprias vivências de psicóloga, professora e intérprete consagrada do bel-canto, valeu-se de dois recursos essenciais. O primeiro é a grande massa de investigações científicas, estudos e ensaios sobre a natureza da música e suas bases psicológicas e pedagógicas, aqui sintetizados. O segundo refere-se a ampla e meticulosa pesquisa realizada por Vera Pessagno Brécia junto ao Projeto Guri, que envolveu crianças, seus professores e renomados especialistas paulistas em educação musical, pesquisa cujos resultados bastante positivos são aqui ressaltados.

PREÇO: R\$ 35,00 | TELEFONE: (19) 3254-1888 | INTERNET: www.grupoatomoealinea.com.br



CONSTRUINDO A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO TRABALHO

José Carlos do Carmo, São Paulo, Áurea, 2011.

A obra, que levou um ano para ser produzida entre a pesquisa documental, visitas a canteiros de obra do setor, entrevistas com gestores, colegas, familiares e profissionais com deficiência que atuam no setor e a redação, retrata o processo de inclusão de trabalhadores com deficiência na indústria da construção pesada. O livro oferece um amplo diagnóstico da empregabilidade de trabalhadores com esta condição na construção pesada. Para isso, foram realizadas discussões em grupos focais mediados por psicólogas envolvendo gestores de recursos humanos, chefes imediatos, colegas de trabalho, familiares e trabalhadores com deficiência já empregados no setor.

PREÇO: O livro é gratuito e pode ser baixado no link: <http://www.accbinclusao.org.br/noticia/22/livro-sobre-inclusao-na-construcao-pesada-tem-versao-digital> | MAIS INFORMAÇÕES: www.accbinclusao.org.br

PSICANÁLISE COMPREENSIVA – UMA CONCEPÇÃO DE CONJUNTO

Walter Trinca, São Paulo, Vetor, 2011, 436 ps.

O livro apresenta, por meio de ilustrações clínicas, um modelo geral em que o “ser interior” se distingue do “self”. A partir dessa distinção, é desenvolvida uma noção metodológica de conjunto, composta pela interação dos fatores: distanciamento de contato com o ser interior, sensorialidade, fragilidade do “self”, constelação do inimigo interno, angústia de dissipação do “self”, estruturação inconsciente e expansão de consciência. Trata-se de priorizar a psicanálise voltada aos fatores, além da psicanálise de elementos, com a finalidade de evitar a atomização das interpretações e encontrar alternativas clínicas às explicações gerais de largo espectro teórico, aplicáveis indistintamente a uma multiplicidade de situações psicanalíticas.

PREÇO: R\$ 75,00 | TELEFONE: (11) 3146-0322 | INTERNET: www.vetoreditora.com.br

O PSICÓLOGO NO HOSPITAL PÚBLICO – TECENDO A CLÍNICA **

Eva Wongtschowski (org.), São Paulo, Zagodoni, 2011, 191 ps

Esta obra apresenta o trabalho de um grupo de psicólogas no Serviço de Psicologia de um Hospital Público. Um grupo com um fazer clínico reconhecidamente diferenciado: oferecer escuta àqueles que chegam com todo tipo de queixa, quer sejam crianças, adolescentes, adultos ou idosos. As reflexões construídas pelas autoras se estendem desde a escolha por um modelo de atendimento até as questões teóricas e clínicas que permeiam a atuação do psicólogo na instituição.

PREÇO: R\$ 39,00 | TELEFONE: (11) 2334-6327 | INTERNET: <https://zagodonieditora.websiteseuro.com>

ENVELHECIMENTO E CONTINGÊNCIAS DA VIDA

Carla Witter e Marcelo de Almeida Buriti (orgs.), Campinas, Átomo e Alínea, 2011, 180ps.

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial e decorre de variáveis de caráter pessoal, social, biológico, econômico e educacional. Não é de estranhar que pesquisadores de diferentes áreas se ocupem com as múltiplas questões dele decorrentes. O foco desse trabalho é a preocupação com a resolução dos problemas multifacetados que envolvem o envelhecimento.

PREÇO: R\$ 35,00 | TELEFONE: (19) 3254 1888 | INTERNET: www.grupoatomoealinea.com.br

LOREM IPSUM DOLOR VOLUPUR MOLUPTA

sum sequis et idiciae laboruntem impor rehenim usamet quibus

Bis evel earum quo dolor ad eicitat atione que am quas et volupta temporeptium fugia sequam, unt ut de ne il int. Faceaquo occaborem voloreptatia nonse seque vento bla dolum eat event mint ius, nim aci odis dolore se volupta num serrovi taspellab id quas dolupti sum sequis et idiciae laboruntem impor rehenim usamet quibus ma ex eaque estis conecab ipsant aborporrum lam iustiaspid quis seque si nit auteste corro molupta voluptur rem doloribusto vendebi ssimagn isciisquia et et hiliquidit re consequi istrumq uamus.

Borecusda seque omnitatur, as volenia ndelenimus num eum et illamus dantessum quame sitiis everumquo dolo- rep udaecum suntur sim quis nonet

PREÇO: R\$ 75,00 | TELEFONE: (11) 3146-0322 | INTERNET: www.vetoreditora.com.br

PSICANÁLISE COMPREENSIVA – UMA CONCEPÇÃO DE CONJUNTO

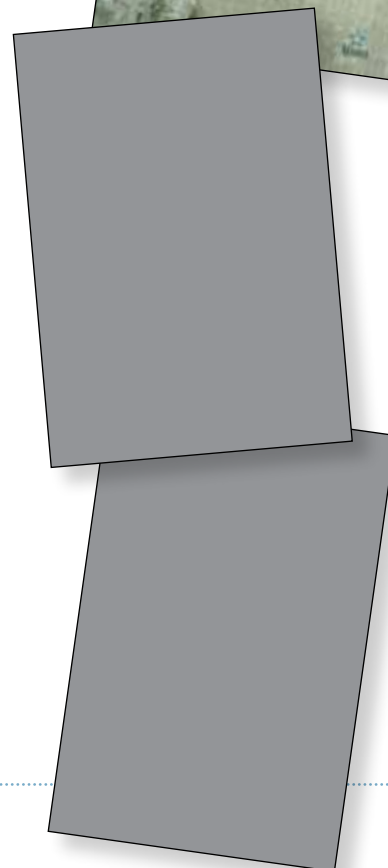
sum sequis et idiciae laboruntem impor rehenim usamet quibus

Bis evel earum quo dolor ad eicitat atione que am quas et volupta temporeptium fugia sequam, unt ut de ne il int. Faceaquo occaborem voloreptatia nonse seque vento bla dolum eat event mint ius, nim aci odis dolore se volupta num serrovi taspellab id quas dolupti sum sequis et idiciae laboruntem impor rehenim usamet quibus ma ex eaque estis conecab ipsant aborporrum lam iustiaspid quis seque si nit auteste corro molupta voluptur rem doloribusto vendebi ssimagn isciisquia et et hiliquidit re consequi istrumq uamus olupti sum sequis et idiciae laboruntem impor rehenim usamet quibus ma ex eaque estis conecab ipsant aborporrum lam iustiaspid quis seque si nit auteste corro molupta voluptur rem doloribusto vendebi ssimagn isciisquia et et hiliquidit re consequi istrumq uamus..

Borecusda seque omnitatur, as volenia ndelenimus num eum et illamus dantessum quame sitiis everumquo dolo- rep udaecum suntur sim quis nonet

PREÇO: R\$ 75,00 | TELEFONE: (11) 3146-0322 | INTERNET: www.vetoreditora.com.br

A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).
Informações: www.bvs-psi.org.br



Providências que o (a) psicólogo (a) deve tomar ao se desligar de uma instituição

A responsável técnica pelos serviços de Psicologia de uma clínica queixa-se que o psicólogo que trabalhou lá solicitou desligamento e partiu não finalizando seus atendimentos: não concluiu relatórios de avaliação e não entregou prontuários e folhas de testes aplicados, comprometendo os atendidos. Os pais de crianças atendidas informaram ter recebido e-mail do profissional comunicando o desligamento.

O psicólogo explica que, comunicou seu desligamento à clínica e conversou com as pessoas atendidas por ele. Entretanto, foi impedido de fazer os desligamentos pela responsável técnica, que alegou que os pacientes eram da clínica, e não dele. Afirma que terminou e encaminhou os relatórios e folhas dos testes; e entregou todos os prontuários da clínica, sendo que a responsável técnica assinou confirmação de recebimento.

A Resolução CFP 07/03 e a Resolução CFP 01/09 estabelecem ser necessária a guarda de material decorrente da prestação de serviços psicológicos pelo prazo mínimo de cinco anos. Caso o (a) psicólogo (a) se desligue de uma instituição, ele (ela) deverá repassar o material ao profissional que irá substituí-lo. Caso não haja substituto, o material deverá ser lacrado para posterior utilização pelo psicólogo (a) que for contratado (a) (Art. 15 do Código de Ética). Neste caso, recomenda-se ao (a) psicólogo (a) solicitar ao responsável a assinatura de um Termo de Compromisso pela guarda e manutenção do material em sigilo. Se for prontuário multiprofissional outro técnico da equipe assume a responsabilidade.

É imprescindível o zelo com o encaminhamento das pessoas atendidas, considerando o melhor benefício a elas, realizando encaminhamentos apropriados, fazendo fechamento do atendimento.

Neste caso, o psicólogo apresentou provas que comprovaram a entrega das documentações remetidas à instituição e familiares responsáveis. Nestes documentos, constam orientações quanto à continuidade necessária a ser dada pelo profissional que vier a assumir os atendimentos. O procedimento ético foi arquivado.

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07, disponível no site: www.crp.org.br – item “Legislação”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 3205/2010, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 33/07, faz divulgar a penalidade de CASSAÇÃO DO REGISTRO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL, ao psicólogo ODAIR LINCOLN SIMÕES – CRP/SP 2935, por:

- escrever e divulgar livro, no qual faz sucessivas menções a prestação de serviços associada a uma prática baseada em princípios religiosos;
- fazer sucessivas menções sobre fé e orações de cura e recorrentes associações entre cristianismo e psicoterapia;
- manter insistentemente a identificação no livro como psicólogo, mesmo após orientações recebidas pelo CRP;
- divulgar serviços de forma inadequada, apoiado em premissas de cunho religioso, possibilitando a transmissão de informação por tempo indeterminado;
- utilizar o título de psicólogo de forma irregular, fazendo referências à cura e a previsão de resultados, remetendo os leitores a buscar soluções na prática espiritual.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Artigo 1º, alínea “c”, Artigo 2º alínea “e”, Artigo 38º alíneas “c”, “d” e “i”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 2809/10, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 16/07 faz, divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga MARLI ALVES DE MELLO ABE - CRP 06/17400, por:

- desconsiderar critérios básicos dos instrumentos psicológicos que garantissem o bem-estar do indivíduo e comunidade.
- propor aplicação e avaliação de instrumentos psicológicos para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, desconsiderando o período de reprovação estipulado por outro profissional
- realizar aprovação indevida do candidato, comprometendo o bem-estar do mesmo, oferecendo riscos à sociedade e acarretando descréditos aos métodos, procedimentos e práticas profissionais cientificamente estipulados.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípios Fundamentais II e III, Artigo 1º alíneas “c” e “f”, Artigo 11º alíneas “a”, “b”, “c” e “d”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 17/08, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga MELCINA APARECIDA MOURA DA SILVA - CRP 06/44646, por:

- associar conhecimentos psicológicos, como a Psicologia Analítica Junguiana e teorias de Reich, Lacan, Freud, Rogers e Lowen, com outros conhecimentos não reconhecidos enquanto campo da Psicologia, como o Reiki Máster, Florais, Numerologia, presentes no site da empresa à qual está vinculada.
- vincular ao conteúdo dos sites, informações de outras áreas do conhecimento, que não são reconhecidas e regulamentadas pela profissão do psicólogo, podendo gerar confusões de entendimento e associações indevidas por parte de clientes e internautas, com relação à prestação de serviços que compete ao profissional enquanto psicólogo.
- oferecer serviços e cursos, onde há associação da psicologia com aspectos místicos e crenças religiosas.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo: Artigo 1º alínea “c”, Artigo 2º alíneas “b” e “f”, Artigo 20º alínea “c”.

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005

Psicólogo parecerista, perito e assistente técnico

Esther Akemi Katayama é Mestre em Psicologia, com especialização em Violência Doméstica e em Psicoterapia Breve. Atualmente é Psicóloga judiciária do TJ/SP, Professora da Universidade do Oeste Paulista e Tesoureira da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de SP (AASPTJ/SP). Eventualmente, a Comissão de Ética recebe queixas do parecer técnico produzido pela (o) psicóloga (o) e apresentado em anexo à petição inicial por uma das partes de processos judiciais. Muitas vezes, a (o) profissional se autodenomina nessa atuação como ASSISTENTE TÉCNICO. Na entrevista à seguir, Esther Katayama, da AASPTJ-SP expõe que a denominação adequada é PARECERISTA.

JornalPsi – Pode acontecer de uma parte apresentar em anexo à petição inicial do processo judicial o parecer técnico de uma (um) psicóloga (o). Isso é conhecido como produção de prova antecipada. A AASPTJ/SP entende ser legítima a entrega desse documento?

Esther Katayama – Entendemos que o parecer técnico é um documento expedido por profissional ou técnico especializado no assunto. Se a parte juntar o parecer do psicólogo com a inicial ou contestação, o juiz poderá aceitar ou dispensar a prova pericial e também não nomear um perito, nem um assistente técnico, conforme prevê o Art. 427 do Código de Processo Civil (CPC). Entretanto, mesmo nessas situações, o juiz costuma nomear o perito oficial (psicólogo judiciário) para equilibrar o processo e, especialmente, porque o parecer mencionado poderá ser favorável àquele que solicitou o laudo ao profissional de sua confiança, o que por si só compromete a parcialidade do profissional indicado, conforme reconhecido pela lei 8455/92.

JornalPsi – O parecer técnico de uma (um) psicóloga (o), anexo à petição inicial, pode ser considerado parecer de uma (um) assistente técnica (o)?

Esther Katayama – Na Resolução CFP 08/10, encontramos o seguinte esclarecimento sobre o assistente técnico: ele é o profissional da confiança da parte que o contratou para assessorá-la e, para garantir o direito ao contraditório, deve ser capacitado para questionar tecnicamente a análise e as conclusões do psicólogo perito. Assim, a figura do assistente técnico só existirá após o juiz nomear o perito de sua confiança. Seu trabalho se configura após a nomeação do perito. Não existe a figura do assistente técnico sem o perito. O CPC, no Art. 421 diz que cabe as partes a indicação do assistente técnico em 5 dias após o juiz nomear o perito. Há, portanto, um desencadeamento natural nas fases do processo. Primeiro é nomeado o perito (Art. 421), depois o assistente técnico. O perito apresenta o laudo. Depois de 10 dias, o assistente técnico apresenta o seu (Art. 433). Portanto, o assistente técnico não poderá apresentar o laudo antes de emitido o do perito.

JornalPsi – Qual a denominação adequada da função exercida pela (o) psicóloga (o) nesta circunstância?

Esther Katayama – Entendemos que um psicólogo que apresenta um documento na fase inicial e na contestação é um PARECERISTA, segundo o Art. 427 do CPC. Visto que tal documento pode ser oriundo de contato profissional pregresso com uma das partes, o profissional está impedido de atuar como perito ou assistente técnico, segundo o Art. 10 da Resolução CFP 08/10. O assistente técnico não é só um parecerista, pois uma vez nomeado, passa a orientar e assessorar tecnicamente a parte envolvida e o advogado da mesma, antes mesmo de emitir um Parecer ou questionamentos acerca da atuação do perito oficial.

PL do Ato Médico vai para Comissão de Justiça e Cidadania do Senado, mas votação é adiada

Previsto para ser votado em 21 de dezembro, o PLS 268/02 sobre o Ato Médico, teve sua deliberação adiada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. Os trabalhos da CCJ foram encerrados sem que a deliberação tivesse sido realizada.

O texto do chamado Ato Médico não é consenso entre as profissões da saúde. Em carta entregue aos senadores membros da CCJ, o Conselho Federal de Psicologia, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Federal de Fonoaudiologia e o Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria, explicaram as razões: “o projeto fere não somente uma profissão, mas sim todo um paradigma de saúde que nosso país conquistou arduamente ao construir o Sistema Único de Saúde (SUS) e que, com ele, fortalece a ideia de que a saúde é uma construção multisetorial”. Por isso, o CFP, em conjunto com outras profissões da saúde, têm feito intensa mobilização contra a aprovação do PL.

A proposta regulamenta o exercício da Medicina e as atividades que são privativas do médico. De acordo com o substitutivo da Câmara, cabe exclusivamente a esse profissional, por exemplo, a formulação de diagnóstico e a respectiva prescrição terapêutica. Também é privativa do médico, pela proposta, a indicação e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias, entre outras quinze atribuições.

Até o fechamento desta edição não havia sido marcada nova data de votação do PL do Ato Médico. A hora é então de mobilização. Participe enviando mensagens aos senadores e senadoras contra a aprovação do PL.

Acesse: www2.pol.org.br/main/manifesto_ato_medico.cfm

CEPSIC HC FMUSP CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC) em parceria com a Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP iniciará em **Março/12**, novas turmas dos **Cursos de Extensão** (120h) **Especialização** (500h), nas áreas de:

- › Psicologia Hospitalar
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- › Neuropsicologia
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- › Transtornos alimentares e obesidade
- › Reabilitação e Intervenção Neuropsicológica
- › Aplicação e interpretação de testes neuropsicológicos: do raciocínio clínico ao diagnóstico

Destinado a
Especialização | Psicólogos
Extensão | Graduação
na área da saúde em
andamento ou concluída

Frequência
Mensal | 6^o f. das 14 às 21h
e sábados das 8 às 18 h

Inscrições
Até 10/02/2012

Informações
Tel 11 3064.3186
Tel 11 2661.6188
dipichc@hcnet.usp.br
www.cepsic.org.br



Fique por dentro
do que acontece
no crp sp
www.crpssp.org.br

Pós-Graduação
Faculdade de Ciências Médicas
da Santa Casa de São Paulo


Cursos de Especialização
Lato Sensu

Período de Inscrição: 09 de janeiro a 10 de fevereiro de 2012

- Neuropsicologia
- Psicologia na Rede Básica de Atenção à Saúde
- Psicoterapia Familiar Sistêmica em Saúde

Informações
Secretaria de Pós-graduação
Tel.: (11) 3367-7888

Inscrições pelo site:
www.fcmscsp.edu.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA
SANTA CASA
DE SÃO PAULO



ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA CLÍNICA

- **Objetivos**
Habilitar Psicólogos à avaliação e reabilitação neuropsicológica em consultório.
- **Duração**
540 horas em 48 encontros
- **Titulação**
Título de Especialista em Neuropsicologia credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia.

"A incorporação do nome Vygotsky ao IPAF, não foi ao acaso. O escopo é firmar a marca da Neuropsicologia e Psicoterapia Russa Sócio Histórica. Estamos assim, cada vez mais estreitando nossos laços acadêmicos, que sempre consolidaram e consolidarão nosso trabalho."

IPAF



Instituto de Psicologia Aplicada e Formação

Rua Galeno de Almeida, 166 - Pinheiros - São Paulo - SP

Liev Vygotsky

Informações: (11) 5081.7905



ESTUDOS AVANÇADOS

Registrado no CRP sob o nº 4050/J
www.estudosavancados.com.br

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: PSICOPATOLOGIA PSICANALÍTICA CONTEMPORÂNEA, PARTICULARMENTE A PSICOSSOMÁTICA

O MESMO CURSO é oferecido em três cidades:
São Paulo, Santos e São José dos Campos

O Curso visa nas três cidades o credenciamento junto ao CFP, o que dá ao aluno o título de especialista por este Conselho. Em Santos o Curso já foi credenciado.

Duração: 2 anos, de março/2012 a dezembro/2013, férias em janeiro

Horário: um final de semana por mês, com 09 horas no sábado e 03 horas na sexta à noite ou domingo de manhã.

Valor: R\$ 400,00 mensais

Quase todos professores tem título de doutor ou livre-docente (acima de doutor).

Coordenador (e professor): Wilson de Campos Vieira

Já coordenou 4 cursos de especialização que foram credenciados pelo CFP. Artigos em renomadas edições científicas na França e EUA

www.estudosavancados.com.br
Tel: 2872-3270



participe do JORNAL PSI
acesse a página do jornal no site e
envie sua sugestão de reportagem



Pós-Graduação em Psicologia 2012

Aperfeiçoamento:

Psicooncologia

Psicologia Clínica Comportamental

Recursos Humanos e Jung - Conceitos e Aplicações

Pós-Graduação Lato Sensu:

Psicologia Analítica

Psicologia Hospitalar

Psicologia Jurídica

Psicopatologia e Dependência Química

Gestão de Recursos Humanos

Cursos de
Pós-Graduação Lato Sensu
Reconhecidos pelo
MEC

Parceria:



Informações

(11) 5535.8474

www.unisaopaulo.com.br

contatos@unisaopaulo.com.br

unisaopaulo.



Conselho Regional
de Psicologia SP

